

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN - FAMECOS
CURSO DE JORNALISMO

BRUNA TKATCH PEREIRA

**ISRAEL X PALESTINA: UMA ANÁLISE DA COBERTURA DO GRUPO RBS POR MEIO
DO PODCAST TERRAS DE SANGUE**

Porto Alegre
2024

GRADUAÇÃO



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

BRUNA TKATCH PEREIRA

**ISRAEL X PALESTINA: UMA ANÁLISE DA COBERTURA DO GRUPO RBS
POR MEIO DO PODCAST TERRAS DE SANGUE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para a
obtenção do grau de Bacharel em
Jornalismo pela Escola de Comunicação,
Artes e Design da Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS.

Orientador: Prof. Tércio Saccol

Porto Alegre - RS

2024

BRUNA TKATCH PEREIRA

**ISRAEL X PALESTINA: UMA ANÁLISE DA COBERTURA DO GRUPO RBS
POR MEIO DO PODCAST TERRAS DE SANGUE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo pela Escola de Comunicação, Artes e Design - Famecos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovado em: 18 de julho de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Me. Andrei dos Santos Rossetto - PUCRS

Prof. Dra. Veridiana Dalla Vecchia - PUCRS

Prof. Me. Tércio Saccol (Orientador) - PUCRS

Porto Alegre – RS

2024

AGRADECIMENTOS

Registro aqui, porque palavras escritas vivem mais do que as ditas, a minha gratidão aos meus pais, por terem me dado não apenas a felicidade de viver, mas todo o apoio necessário para que eu pudesse estudar sempre. Sem vocês, eu não teria tido condições de desenvolver todas as minhas capacidades e habilidades. Obrigada por terem comprado o meu primeiro livro e, com isso, criado um amor sem limites, e que só cresce dentro de mim. Se hoje em dia meu passatempo favorito é conhecer histórias, é porque eu tive condições de ser alfabetizada, frequentar uma boa escola, e ter materiais e espaços de estudo em casa, o que eu tenho plena consciência de que é um privilégio, que vocês mesmos não tiveram com a mesma intensidade. E isso tudo só foi realizado por insistência da minha irmã, que desejou meu nascimento antes de qualquer outra pessoa, e por isso, obrigada. Me dedico tanto aos estudos também pelos meus avós, que não puderam concluir o ensino fundamental, e mesmo assim me ensinaram coisas que só eles seriam capazes e que carrego comigo até hoje. Agradeço ainda aos meus amigos, pelo apoio, compreensão, dicas compartilhadas e por me proporcionarem momentos de descontração em meio a um momento tão estressante e complexo. Meus bons professores também não podem ser esquecidos, desde os que me marcaram positivamente ainda no colégio, aos que me ensinaram sobre muito mais do que jornalismo. Não posso esquecer de registrar a minha felicidade de ser orientada pelo professor com quem eu mais tive proximidade durante a graduação e quem melhor me ensinou sobre a realidade do jornalismo, de uma maneira tragicômica inerente a si. E claro, agradeço a companhia amorosa de todos os animais que participam do meu cotidiano e mesmo sem saber, trazem a leveza e as risadas que nenhum humano seria capaz de proporcionar. E para agradecer meu companheiro, replico as suas próprias palavras: em meio a todo esse caos e estresse, nosso amor é o que me acalma e me tranquiliza.

Por fim, agradeço a todos aqueles que não conheço, mas admiro por não se renderem ao oponente mais forte, e a todos os jornalistas que mantêm a sua ética e lutam pela informação de qualidade.

A empatia não tem fronteiras.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo oferecer informações e inferências a respeito da cobertura internacional sobre os acontecimentos nos territórios da Palestina e de Israel. O objeto desta análise é o podcast Terras de Sangue, criado pelo Grupo RBS e conduzido pelo colunista de política internacional Rodrigo Lopes, com a proposta de apresentar a cobertura *in loco* do enviado especial a Israel e outros aspectos sobre a região. Nos capítulos teóricos, alguns dos autores utilizados para explicar as questões de política e história internacionais são Hobsbawm (2000), Soares (1989), Vaisse (1995) e Chomsky (2017), enquanto as reflexões sobre jornalismo são protagonizadas por principalmente Natali (2007), mas também Schudson (2010), Genro Filho (1987) e Brasil (2012); já no capítulo dedicado ao formato, Ferraretto (2007), Kischinhevsky (2010) e Lucht (2009) abordam as transformações do rádio e os impactos da tecnologia. O questionamento que guia a pesquisa é entender qual o propósito do podcast, e o que ele oferece ao ouvinte. Para isso, foi empregada a Análise de Conteúdo (Bardin, 2011). Após a escuta atenta dos seis episódios e a aplicação das categorias assuntos, fontes e propósito, a autora infere que o objetivo alcançado com o podcast Terras de Sangue foi oferecer ao ouvinte uma narração da viagem do jornalista, sob um olhar desprovido de isenção, com suas análises subjetivas, e entrevistas, realizadas em um segundo momento, para explicar questões técnicas. Estranha-se ainda a falta de continuidade do podcast, com a proposta de explicar um conflito que continua acontecendo e que mudou muito desde a estreia do produto, em novembro de 2023.

Palavras-chave: Palestina, Israel, Podcast, Jornalismo Internacional, Cobertura.

ABSTRACT

This paper aims to provide information and inferences regarding international coverage of events in the territories of Palestine and Israel. The object of this analysis is the podcast Terras de Sangue, created by Grupo RBS and conducted by international politics columnist Rodrigo Lopes, with the purpose of presenting the on-site coverage of the special envoy to Israel and other aspects of the region. In the theoretical chapters, some of the authors used to explain the issues of international politics and history are Hobsbawm (2000), Soares (1989), Vaisse (1995) and Chomsky (2017), while the reflections on journalism are mainly led by Natali (2007), but also Schudson (2010), Genro Filho (1987) and Brasil (2012); In the chapter dedicated to the media format, Ferraretto (2007), Kischinhevsky (2010) and Lucht (2009) address the transformations of radio and the impacts of technology. The question that guides the research is to understand what the purpose of the podcast is, and what it offers to the listener. For this, Content Analysis (Bardin, 2011) was used. After an attentive listening to the six episodes and applying the categories: subjects, sources and purpose, the author infers that the objective achieved with the podcast Terras de Sangue was to offer the listener a narration of the journalist's journey, under a look devoid of impartiality, with his subjective analyses, and interviews, carried out in a second moment, to explain technical issues. The lack of continuity of the podcast is also strange to the public, with the proposal to explain a conflict that continues to happen and that has changed a lot since the debut of the product, in November 2023.

Keywords: Palestine, Israel, Podcast, International Journalism, Coverage.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. O JORNALISMO INTERNACIONAL E A GUERRA DE ISRAEL NA PALESTINA.....	11
2.1 AS LUTAS ENTRE ISRAEL E PALESTINA - UM CONTEXTO HISTÓRICO	11
2.1.1 A HISTÓRIA DA PALESTINA	15
2.1.2. O MOVIMENTO SIONISTA	17
2.1.3. O HAMAS	22
2.2 O JORNALISMO INTERNACIONAL - ORIGENS E HISTÓRIA.....	25
2.3 O JORNALISMO INTERNACIONAL - TRANSFORMAÇÃO E PROTAGONISMO DAS AGÊNCIAS.....	28
2.3.1 OS CONFLITOS ATUAIS E A COBERTURA JORNALÍSTICA.....	30
3. OS PODCASTS E O JORNALISMO INTERNACIONAL	33
3.1 OS PODCASTS NO GRUPO RBS	35
3.2 OS PODCASTS E SUA APLICAÇÃO NAS EMPRESAS JORNALÍSTICAS	36
3.3 OS PODCASTS NA COBERTURA E NA ANÁLISE INTERNACIONAL	42
3.3.1 COBERTURAS INTERNACIONAIS E SEUS DESDOBRAMENTOS DE LINGUAGEM	44
4. ANÁLISE DO PODCAST TERRAS DE SANGUE.....	45
4.1 METODOLOGIA.....	46
4.2. A ANÁLISE DOS EPISÓDIOS	48
4.2.1. Episódio 1: O que vi e senti na guerra entre Israel e Hamas, por Rodrigo Lopes	48
4.2.2. Episódio 2: O que explica o conflito entre Israel e Palestina.....	52
4.2.3. Episódio 3: O panorama atual da guerra e as perspectivas de paz, com Guilherme Casarões.....	57
4.2.4. Episódio 4: As regras e os crimes de guerra: Israel x Hamas no Direito Internacional.....	63
4.2.5. Episódio 5: O que é antissemitismo e por que aumentou desde os ataques de 7 de outubro a Israel.....	68
4.2.6. Episódio 6: As origens históricas da islamofobia e como o preconceito se manifesta no Brasil	71
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS	84

1. INTRODUÇÃO

Com a grande repercussão dada pela mídia a partir do dia 7 de outubro de 2023, quando o grupo político-militar Hamas protagonizou um ataque a Israel, o público que não sabia sobre a história da região, passou a receber notícias constantes do local. Em um primeiro momento, as repercussões eram de terror, com críticas efusivas aos árabes e uma preocupação com a população de Israel, mas conforme o país organizou uma grande incursão militar por terra, que ocorreu imediatamente, com a convocação de reservistas do mundo todo, a mídia parou de oferecer à região o espaço antes dado. Desde então, mais de 38 mil palestinos e um pouco mais de mil israelenses foram mortos, sendo ao menos metade desse número, soldados da Forças de Defesa de Israel (IDF).¹

Houve, ainda, o não cumprimento da lei internacional, com a destruição de hospitais, escolas, mesquitas, e todas as universidades de Gaza. Meses depois do ataque que começou tudo, surgiram evidências de que Israel sabia do plano com antecedência, e permitiu que acontecesse, para servir de álibi para a destruição de Gaza - informação republicada no maior portal de notícias do país, o G1 e em outros portais jornalísticos. Mas a repercussão dada pela mídia ainda é baixa, assim como a cobertura é quase inteiramente composta por conteúdo de agências. Parte dos convidados em debates e entrevistas para comentar política internacional replicam uma visão ocidental da região do Oriente Médio.

Este trabalho tem como objetivo analisar a cobertura brasileira sobre os acontecimentos entre Israel e Palestina desde o dia 7 de outubro, com o recorte sendo o Grupo RBS, o maior do Rio Grande do Sul. A cobertura cotidiana foi feita por material de agências de notícias, como Agência Brasil, AFP e Folhapress, assim como na maioria dos veículos, e também com a coluna do único jornalista internacional, Rodrigo Lopes. Contudo, este trabalho analisa o produto que surgiu com a viagem que o colunista fez dois dias depois do ataque, como enviado especial em Israel - o resultado disso foi a criação do podcast Terras de Sangue.

¹ Disponível em: <https://www.unrwa.org/resources/reports/unrwa-situation-report-121-situation-gaza-strip-and-west-bank-including-east-Jerusalem>

Levantam-se alguns questionamentos, como qual é o papel desempenhado por um podcast em um conflito internacional e o motivo da escolha deste formato. Ainda é preciso discutir o papel dos podcasts no jornalismo, e analisar a transformação das coberturas internacionais diante das mudanças tecnológicas e econômicas. É cada vez mais raro que se envie um jornalista brasileiro a um conflito, tanto por razões econômicas, quanto por reflexões acerca do valor da notícia para o leitor, que com um clique pode encontrar milagres de informações, fotos e vídeos, do mundo todo, sobre o assunto pesquisado.

Mas o Grupo RBS enviou o jornalista Rodrigo Lopes para ficar em Israel, ver as cidades e falar com seus cidadãos durante duas semanas, entrando ao vivo durante toda a programação da Rádio Gaúcha, e também na televisão, além de escrever suas colunas, para o site e o jornal impresso. Portanto, busca-se compreender ao menos parcialmente a intenção da empresa com a criação de mais um formato para esta cobertura, o podcast, que contém muitos recortes das participações na rádio e que como elemento novo há as entrevistas. Como problema de pesquisa, tem-se a pergunta: Qual o propósito da criação do podcast Terras de Sangue?

A importância deste trabalho se dá pela problematização e análise, até então inédita, sobre este podcast. Além da necessidade de abordar temas fora do cotidiano ocidental, principalmente com um olhar jornalístico, e sempre reforçar a necessidade da ética dessa profissão, que tem como premissa levar informação de qualidade, bem apurada e sem interesses pessoais ao público. Ainda há a latente discussão sobre as mudanças na profissão, com as crises econômicas, as novas tecnologias e formas de consumo de notícias, que se alteraram muito nos últimos anos - o que impacta, portanto, na produção do jornalismo.

Antes das elaborações sobre jornalismo internacional, este trabalho se propõe a explicar, com profundidade e amplitude, os conflitos na região, entre palestinos, israelenses e povos vizinhos. O primeiro subcapítulo, tem a pretensão de oferecer um panorama, a ser detalhado nas páginas seguintes. Hobsbawm (2000) aborda a questão da Palestina e da criação de Israel sob a lente do imperialismo. Enquanto Soares (1989) critica a solução dos preconceitos contra os judeus ser dita como resolvida com a criação de um “lar nacional para os judeus”.

Já as divisões deste subcapítulo abordam especificamente a história da Palestina e a criação de Israel e do Hamas. Além dos dois autores citados acima, aparecem ainda Vaisse (1995), que ressalta que o Holocausto aumentou a demanda por um espaço seguro para os judeus; Soares (1989) que reforça a união das forças árabes; enquanto Pappé (2004) aborda a Nakba, quando 700 mil palestinos foram expulsos de seu lar; Herzl (2008) para explicar o sionismo; Said (2012) para abordar as acusações de genocídio; Chomsky (2017) discorre sobre os Acordos de Oslo e Zuhur (2008) detalha a criação e atuação do Hamas.

Os outros dois subcapítulos investigam o jornalismo internacional e suas mudanças ao longo das décadas. A fonte principal é Natali (2007), com seu livro dedicado ao assunto e dividido em muitos aspectos relevantes para esta pesquisa. Schudson (2010), aborda questões relacionadas à economia; enquanto Genro Filho, (1987) reforça o capitalismo e como o jornalismo reflete a sociedade e impacta o jornalismo; Brasil (2012) comenta sobre a figura do correspondente e Dalla Costa (2018) questiona o ocidentalismo.

O terceiro capítulo, por sua vez, tem como objetivo trazer informações e discussões sobre os podcasts, e por consequência, lembrar aspectos sobre sua base, o rádio. É importante ressaltar que ainda não existe um livro científico nacional com o propósito de reunir informações para ser uma “enciclopédia do podcast”. Foi utilizada bibliografia de Ferraretto (2007) junto com Kischinhevsky (2010), que abordam diferentes aspectos do rádio, da ferramenta às mudanças mercadológicas. Já Chantler e Harris (1998), assim como Barbeiro e Lima (2003) tratam de aspectos gerais e também das práticas e cotidianos de um jornalista. Para entender o uso dos podcasts pelo Grupo RBS, foi realizada análise nas mídias dos veículos.

A metodologia que guia a análise deste trabalho é a Análise de Conteúdo (Bardin, 2011). Com a criação de categorias, sendo elas: assunto, fontes e propósito, torna-se possível analisar de forma aprofundada cada um dos seis episódios do podcast Terras de Sangue. As inferências realizadas a cada subcapítulo da análise, somam-se nas considerações finais deste trabalho, que cumpre seu papel de destrinchar diferentes aspectos do podcast, entender cada episódio e, por fim, investigar o propósito da sua criação. Espera-se que este trabalho possa contribuir para a discussão sobre a cobertura internacional brasileira, e como mídias não tradicionais podem ser utilizadas.

2. O JORNALISMO INTERNACIONAL E A GUERRA DE ISRAEL NA PALESTINA

Este capítulo apresenta dois assuntos que guiam esta pesquisa: o jornalismo internacional e os territórios da Palestina e Israel. Será apresentada ao leitor uma aprofundada contextualização histórica sobre como aquela porção de terra foi disputada e povoada, desde antes do imperialismo até os acontecimentos mais contemporâneos do conflito. No aspecto do jornalismo, busca-se investigar as mudanças que as diferentes tecnologias e alterações sociais provocaram no modo de produzir e consumir conteúdos noticiosos e análises internacionais.

2.1 AS LUTAS ENTRE ISRAEL E PALESTINA - UM CONTEXTO HISTÓRICO

Em 7 de outubro de 2023, a mídia internacional e a brasileira relataram um ataque a uma festa israelense que acontecia nas proximidades da Faixa de Gaza. A ação foi realizada pelo grupo político e militar Hamas, atuante na região desde a década de 1980. Gaza é uma estreita faixa litorânea do território palestino, que faz divisa com Israel e Egito, além do Mar Mediterrâneo, de aproximadamente 360km². É dividida em cinco distritos, Gaza, Rafah, Khan Younis, Deir el Balah e Gaza Norte.

Após a notícia do ataque de outubro, veículos brasileiros também noticiaram o ocorrido, dando destaque aos desdobramentos e oferecendo um panorama, ainda que raso e parcialmente impreciso, do cenário da região. Além disso, como é comum de se fazer em casos internacionais, buscaram por conterrâneos no local, para darem seus depoimentos de quem presenciou os ataques ou teve algum conhecido morto, ferido ou desaparecido. Os veículos da imprensa tradicional também reproduziram a classificação adotada nos Estados Unidos e União Europeia, de classificar o Hamas como um grupo terrorista (Zanotti, 2010).

Embora o episódio tenha provocado uma ampla cobertura, que segue até os dias atuais, o conflito que acontece entre Israel e Palestina iniciou oficialmente em 1948. Mas além das questões políticas, existe também uma questão religiosa, visto que o território alvo de disputas é considerado uma terra santa para os judeus e os muçulmanos. Essa discussão é fundamental para compreensão da leitura dos fenômenos atuais. “Durante todos esses séculos em que a região passou pela dominação dos mais diversos povos, um povo permaneceu sempre ali: aquele que

deu nome à região, o palestino”. (Soares, 1989, p. 19). Esta questão bíblica, contudo, não será abordada neste trabalho, devido ao recorte escolhido e a limitação do número de páginas para essa etapa de desenvolvimento.

Não há como situar o atual conflito, no entanto, sem lembrar de alguns fatos históricos. Inúmeros desdobramentos aconteceram nestas décadas seguintes aos anos 40, como ataques também perpetuados por Israel, aí cobertura massiva da mídia. Para entender as complexas origens dos desacordos entre os dois povos, é preciso relembrar.

A Segunda Guerra Mundial acabou oficialmente em 1945, e com isso, países e entidades se juntam para avaliar como superar os horrores causados por Adolf Hitler e seus apoiadores. O conflito começou em 1939, após a crescente ascensão de líderes fascistas na Europa, como Benito Mussolini, na Itália. Mas a insatisfação alemã com outros países, crescia desde a Primeira Guerra Mundial (1914 - 1918). Como o historiador britânico Eric John Hobsbawm aborda em seu livro *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*, a “Alemanha queria uma política e posição marítima globais como as que então ocupava a Grã-Bretanha” (2000, p. 31).

Neste conflito, havia dois lados, o Império Austro-Húngaro, que hoje abrigaria Alemanha, Áustria, Croácia, Eslováquia, Hungria, Itália, Polônia e Romênia, e Império Otomano e as Potências Unidas, composta por Grã-Bretanha, França, Sérvia, Rússia e Estados Unidos. Estes países, pós Revolução Industrial, estavam na corrida pelo desenvolvimento. Mas o estopim que deu início a guerra, foi o assassinato do herdeiro do trono austro-húngaro, que levou a declaração de guerra à Sérvia (Hobsbawm, 1988).

Assim, cada lado lutou por quatro anos, em batalhas que geraram em torno de 10 milhões de mortes de combatentes. Em 1918, o imperador alemão abdicou de seu trono, e a república alemã foi declarada. E no ano seguinte, após desgastes, foi assinado o Tratado de Versalhes, que oficializou a maior potência bélica do Império Austro-húngaro, a Alemanha, como grande culpada da guerra. Estima-se que mais de 10% do território precisou ser devolvido aos outros países (Hobsbawm, 1988).

Antes disso, na década de 1920, o povo alemão sofria com as consequências da guerra: as crises políticas da jovem república e os problemas econômicos. Novos partidos foram criados, como o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, conhecido como Partido Nazista, que, aos poucos, foi ganhando relevância.

“Os eleitores do centro e da direita burgueses passaram em números maciços para o Partido Nazista entre 1930 e 1932” (Hobsbawn, 2000, p.101).

Este grupo exaltava a soberania nacional, prometia a volta da credibilidade alemã como potência, a melhora econômica e social e a reconquista dos territórios, tudo isso por meio de um governo forte e autoritário. Mas segundo Hannah Arendt, “se tornou difícil distinguir na Alemanha o mero nacionalismo do racismo declarado” (1989, p.195).

Ainda em 1923, eles tentaram tomar o poder à força, mas fracassaram, e então passaram a concentrar as forças em vencer as eleições ao conquistar o apoio da população. O esforço fez com que na década de 30, os nazistas obtivessem boa porcentagem nas votações. Isso fez com que o líder do Partido Nazista, Adolf Hitler, fosse nomeado chanceler pelo então presidente da Alemanha, em 1933. A partir disso, os políticos nazistas implementaram progressivamente suas políticas, como a implementação de partido único, polícias secundárias e controle da mídia e, portanto, da população.

No ano seguinte, 1934, o presidente morreu e Hitler autoproclamou-se Führer, termo em alemão que significa líder. Sob sua liderança, a Alemanha se reafirmou como uma força bélica, e um sentimento de supremacia ariana e repúdio aos que não fossem alemães cresceu em enormes proporções, até porque esta ideia de supremacia era ensinada nas escolas. Assim como as perseguições aos opositores dos nazistas, espionados torturados e mortos pela Gestapo, apoiada pelas tropas SA e SS.

Um dos principais objetivos de Hitler era recuperar os territórios que foram cedidos no Tratado de Versalhes, e para isto, criou um forte exército, com novas invenções industriais. Por meio da *Blitzkrieg*, técnica de invasão relâmpago, o exército alemão invadiu diversos países, com aviões, tanques de guerra e artilharia atuando em conjunto. Para conter o expansionismo territorial dos germânicos, Reino Unido, França, União Soviética e Estados Unidos se juntaram para formar os Aliados. Enquanto Itália e Japão, apoiaram a Alemanha e formaram o Eixo. E mais uma guerra tirou milhões de vidas e afetou a geopolítica, com consequências até os dias atuais, até o Dia D, uma importante vitória dos Aliados, e posteriormente o suicídio de Adolf Hitler em 30 de abril de 1945, e a rendição da Alemanha, três dias depois.

Mas enquanto as potências mundiais se organizavam para combater o avanço alemão, milhões de pessoas eram observadas, categorizadas, perseguidas e, por fim, forçadas a trabalhar até a morte, ou, se não havia condições físicas para os serviços, eram assassinadas. Judeus foram os principais alvos do extermínio, mas ciganos e negros, e qualquer outra pessoa, inclusive de origem alemã, que se opusesse ao regime nazista, teria o mesmo fim. Não apenas por não concordar, mas principalmente por serem considerados como a escória da sociedade, devido à ideologia de supremacia racial ariana, que considerava as pessoas brancas, com cabelos e olhos claros, superiores. Tal ideologia serviu como base para que ações de limpeza étnica fossem realizadas em todo território, com apoio, ou, ao menos, conivência da população. Esta longa chacina contra minorias ficou conhecida na história como Holocausto, episódio amplamente documentado em livros, filmes e documentários jornalísticos, e até mesmo alvo de disputa de narrativas na atualidade.

Nestes anos de genocídio - segundo a ONU, “crime cometido com o intuito de destruir, o todo ou uma parte de um grupo nacional, étnico, racial ou religioso” -, estima-se que 6 milhões de judeus foram mortos nas construções que ficaram conhecidas como campos de concentração. Estes locais eram grandes terrenos, com uma larga área aberta para trabalhos forçados, alojamentos e as câmaras de gás, onde até mesmo crianças eram mortas por asfixia. O maior e mais conhecido campo de extermínio foi o Auschwitz-Birkenau, dentro da Polônia, invadida pelo exército nazista em 1939.

Posteriormente, o dia 27 de janeiro foi o dia escolhido para lembrança dos horrores do Holocausto, em paralelo a data de liberação dos prisioneiros de Auschwitz, pelo exército soviético. A partir da descoberta e liberação dos prisioneiros que ainda estavam vivos, o mundo descobriu a dimensão do sofrimento dos judeus e de outras minorias. Neste contexto, criou-se um sentimento de dívida histórica por parte do Ocidente, para com os devotos do judaísmo, mas o mesmo não ocorreu com os ciganos, negros e outras minorias.

Em junho de 1945, a Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada, com cinco países-membros permanentes em seu Conselho de Segurança: China, França, União Soviética (atualmente Rússia), Reino Unido e Estados Unidos. Segundo a ONU, o conselho é o principal responsável pela manutenção da paz e segurança mundialmente, e atualmente conta com 15 países membros. Além dos permanentes,

outras 10 nações trocam de mandato a cada 2 anos. Contudo, os cinco têm poder de veto em todas decisões, e o restante obriga-se a cumprir. Hoje, em 2024, são 193 países membros da ONU, com rotações de cargos.

Mas em 1947, a ONU cria o Comitê Especial das Nações Unidas para propor a partilha da Palestina em um estado árabe, já com os milhares de nativos do local, e um estado judeu, que seria colonizado por judeus do mundo inteiro, não apenas os sobreviventes do Holocausto na Europa.

Depois da guerra, viu-se que a questão judaica, considerada a única insolúvel, foi realmente resolvida - por meio de um território colonizado e depois conquistado -, mas isso não resolveu o problema geral das minorias nem dos apátridas. Pelo contrário, a solução da questão judaica meramente produziu uma nova categoria de refugiados, os árabes, acrescentando assim cerca de 700 mil a 800 mil pessoas ao número dos que não têm Estado nem direitos. (Arendt, 1989, p. 323.)

Ou ainda conforme Soares (1989, p. 43), analisa a iniciativa de criação de Israel: “Numa atitude muito cômoda, diga-se de passagem, pois simplesmente buscaram resolver o problema judaico não com um assentamento na Europa, como deveria ser, mas no Oriente Médio. Terras bem distantes, ocupadas por um povo com o qual os europeus pouco tinham a ver”.

Para entender as decisões geopolíticas que culminaram com o atual conflito é preciso voltar e relembrar sobre as ocupações do território palestino e a reivindicação judaica.

2.1.1 A HISTÓRIA DA PALESTINA

O que hoje consideramos como Oriente Médio era o Império Otomano até 1918, que em um paralelo com a atualidade, abrigaria 40 países da região. Quando a Primeira Guerra Mundial acabou, foi realizada a partilha de territórios otomanos, povoados por nativos, caracterizando o colonialismo, que é a imposição de uma cultura em um território já ocupado.

O remapeamento do Oriente Médio se deu ao longo de linhas imperialistas — divisão entre Grã-Bretanha e França — com exceção da Palestina, onde o governo britânico, ansioso por apoio internacional judeu durante a guerra, tinha, de maneira incauta e ambígua, prometido estabelecer “um lar nacional” para os judeus. (Hobsbawm, 2000, p. 32)

A Palestina foi ocupada pelos britânicos civilmente após a 1ª GM, e em 1922 a entidade aprovou o Mandato Britânico da Palestina e, sob esse nome e governo, a região permaneceu até o final da guerra seguinte. Um dos marcos mais conhecidos é a Declaração de Balfour, carta com ideias sionistas de dar um lar definitivo aos judeus (Vaisse, 1995, p. 47).

O documento foi escrito pelo governo britânico em novembro de 1917, expressando suas simpatias ao movimento sionista, que defende a existência de uma nação judia no que defendiam ser o antigo Reino de Israel. O sionismo e suas origens serão devidamente detalhados no próximo subcapítulo. Mas segundo Soares (1989, p. 26), a carta do governo inglês “significava apoiar o surgimento de um Estado que se transformaria num importante aliado em uma região de importância estratégica extraordinária”.

Esta declaração foi o início de uma série de decisões que permitiu que uma terra fosse colonizada, por pessoas de todos os cantos do mundo, sem a permissão dos nativos. Durante a ocupação britânica no local, judeus alocados em outros países foram aos poucos instalando-se nas terras palestinas, expulsando os que lá já moravam. Mas as coisas tomaram outras proporções a partir do final da Segunda Guerra Mundial, quando o mundo descobre a perseguição nazista.

Com a revelação do genocídio, a causa do sionismo colhe grande apoio na opinião pública e os judeus emigram cada vez mais para a Palestina, onde, em 1945, há 553.00 judeus contra 1.240.050 árabes. (Vaisse, 1995, p. 47)

Mas foi a partir de 1947 que começa a oficialização do estado de Israel, com o assunto sendo tratado pela jovem Organização das Nações Unidas, que propõe a divisão do território entre parte judia e parte árabe. A cidade de Jerusalém, sagrada para três religiões, o cristianismo, o islamismo e o judaísmo, ficou destinada a ser um território internacional.

Mas, logo após a partilha, os colonos israelenses já iniciaram seu processo de expansão para as terras árabes (Vaisse, 1995). Em 14 maio de 1948, os britânicos encerram sua ocupação e os sionistas proclamam o Estado de Israel. Quase imediatamente, iniciou-se a guerra árabe-israelense, quando outros países se juntaram aos palestinos, expulsos da terra, para combater as Forças de Defesa de Israel (IDF, na sigla em inglês), que contaram com auxílios bélicos estrangeiros.

Contando com ampla mobilização interna - que incluía até a fabricação de armas -, com o recebimento de armamentos vindos de fora, bem como com a ação conjunta que, organizada no exterior, terminava no território em disputa, os sionistas se preparavam para enfrentar as forças árabes, já que até então haviam lutado com as milícias palestinas locais, com pequena ajuda de outros combatentes. E o ataque dos árabes não tardou. Dois dias depois, aviões do Egito bombardearam Tel Aviv, iniciando o ataque, por terra, de unidades militares do próprio Egito, do Líbano, Síria, Jordânia e Iraque. (Soares, 1989, p. 48)

A migração forçada dos palestinos, após Israel vencer a guerra contra os árabes, ficou marcada como Nakba (catástrofe em árabe), quando mais de 700 mil palestinos foram expulsos da região (Pappé, 2004). E em 1949, a ONU criou a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente, UNRWA na sigla em inglês (United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East), que presta assistência aos milhares de refugiados, inclusive com dezenas de escolas nos campos de refugiados (Faherty, 1959).

Os palestinos precisaram cada vez mais de auxílio internacional, pois “cerca de 80%, a partir de então, passou a viver em campos miseráveis, com a precária assistência da UNRWA” (Soares, 1989, p. 51). Enquanto isso, Israel se fortalecia cada vez mais, com a propagação do sionismo, colonização do território por estrangeiros e a transformação em potência bélica.

2. 1. 2. O MOVIMENTO SIONISTA

As articulações que pediam a criação de um estado para o povo judeu fazem parte do movimento sionista:

A ideia básica pregava o retorno à Palestina, de onde haviam saído em 135 d.C., na grande diáspora. Mas alguns outros lugares também foram mencionados e a Inglaterra chegou a concordar com a formação de um lar nacional judeu em Uganda. Predominou, porém, a ideia do reagrupamento em torno do monte Sion. (Soares, 1989, p. 21)

O Movimento Sionista Internacional, apoiado no interesse dos Estados Unidos em manter um aliado poderoso na região do Oriente Médio, possibilitou o surgimento de um estado forte militarmente, Israel, que destaca-se por ser um país desenvolvido, com grande parte de seus cidadãos com raízes estadunidenses, europeus, ou de

outras nacionalidades. No site da CIA (Central Intelligence Agency)², com dados de 2022, a população de Israel é composta por 73,5% de judeus, 21,1% de árabes e 5,4% não especificados. Contudo, pouco mais da metade da população judia (58,6%) de fato nasceu no local, enquanto a maior parte dos migrantes judeus nasceu nos Estados Unidos, Europa e Oceania (10,5%). Mas no site do Banco Mundial, referência em estatísticas, não há informações demográficas de Israel, ao menos até o fechamento deste trabalho. Conforme destaca Soares: “Os imigrantes judeus distinguiram-se dos nativos palestinos não só pelos costumes religiosos como também por sua cor branca e cultura europeia” (1989, p. 34)

Mas o surgimento do sionismo como força política data antes mesmo da Primeira Guerra Mundial. O jornalista judeu e austro-húngaro Theodor Herzl, publicou, em 1896, O Estado Judeu (*Der Judenstaat*, em sua versão original, em alemão), um panfleto que pregava a criação de um território para os judeus. O texto defende a ideia como uma forma de reparação às décadas de sofrimento de seu povo, e levanta algumas questões.

Todo o plano é, em sua essência, perfeitamente simples, como necessariamente deve ser para que possa ser compreendido por todos. Que nos seja concedida a soberania sobre uma porção do globo suficientemente grande para satisfazer as legítimas exigências de uma nação; o resto nós administraremos por nós mesmos. (Herzl, 2008, p. 93)

Dentre os questionamentos trazidos, está o local. E o autor sugere Argentina, por ser um país com terra fértil, largo território, população escassa e clima ameno, ou Palestina, por ser “nosso lar histórico sempre memorável” (Herzl, 2008, p. 96). Também está previsto no manifesto ações como a importação de mão de obra do leste europeu, a migração em grupos familiares e de amigos, assim como agências que auxiliarão na colonização do território.

Os mais pobres irão primeiro para cultivar o solo. De acordo com um plano preconcebido, eles construirão estradas, pontes, ferrovias e instalações telegráficas; regular os rios; e construirão suas próprias moradias; o seu trabalho criará comércio, o comércio criará mercados e os mercados atrairão novos colonos, pois cada homem partirá voluntariamente, às suas próprias custas e por sua própria conta e risco. (Herzl, 2008, p. 93)

² Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/israel/#people-and-society>

E ainda: “Se no novo assentamento os judeus ricos começarem a reconstruir suas mansões, que são encaradas na Europa com olhos tão invejosos, logo se tornará moda viver lá [Israel] em belas casas modernas”. (Herzl, 2008, p. 109)³.

Herzl não viveu para presenciar a criação do estado judeu que tanto defendeu e incentivou, mas foi ele quem organizou o Congresso Sionista Mundial, onde foi criada a Organização Sionista Mundial, que, a partir de 1897 passou a defender a colonização judaica da Palestina, que na época fazia parte do Império Otomano. E conforme o Henry Chemeris sintetiza em seu trabalho de defesa de mestrado em ciências sociais, “os interesses árabes, ao longo das negociações sobre a partilha do Império Otomano, iriam ser, em grande parte, desconsiderados pela diplomacia britânica, enquanto que os interesses sionistas judeus seriam priorizados” (Chemeris, 2009, p. 18).

As ações que levaram a criação do estado de Israel em território palestino já foram comentadas neste capítulo. Agora, explica-se algumas ideias e apoios estrangeiros que transformaram Israel em um destino turístico, com altas taxas de migração e também uma potência política e militar com bases ocidentais, no meio do Oriente Médio. Isto é importante para entender como um novo estado conseguiu se desenvolver rapidamente, em diversos âmbitos. Além de manter a qualidade de vida para os cidadãos, apesar da continuidade da questão palestina, e também algumas desavenças com países da região.

Israel também se transformou na mais formidável potência militar da região e adquiriu armas nucleares, mas não conseguiu estabelecer uma base estável de relações com os Estados vizinhos, para não mencionar relações com os permanentemente irados palestinos que vivem dentro de suas ampliadas fronteiras ou na diáspora no Oriente Médio. (Hobsbawm, 2000, p. 279)

Uma das políticas que facilitou a rápida colonização é a Lei do Retorno, promulgada pelo Parlamento Israelense em 1950, que indica que todos judeus nascidos e moradores de outros locais podem migrar para Israel e buscar a cidadania. Mas em 1955 foi alterada, para aprovar apenas os de fé judaica que apoiassem o sionismo, e os outros judeus e também estrangeiros não judaicos ficassem sujeitos a aprovação. Esta política foi um dos motivos que possibilitou que a terra esvaziada com a expulsão do árabes fosse rapidamente colonizada por pessoas de todo o mundo.

³ Todas as citações deste autor são tradução própria.

Teoricamente de qualquer classe social, mas os ricos tiveram mais chances de conseguir as melhores terras palestinas.

O visto de um Oleh deverá ser concedido para cada Judeu que tenha expressado sua vontade de se estabelecer em Israel, salvo se o Ministro da Imigração estiver convencido que o requerente: esteja envolvido em alguma atividade contra o povo Judaico; ou seja susceptível de pôr em perigo a saúde pública ou a segurança do Estado. (Lei do Retorno, 5710-1950)

Com o tempo, isso passou a causar um mal-estar entre os moradores do local, que passaram a competir no mercado de trabalho e outras questões do dia a dia, com os novos migrantes. Políticos israelenses propuseram que fossem aceitos pela Lei do Retorno apenas judeus que tenham a mãe judia, e não graus de parentesco mais distantes, já religiosos, pedem que dentre os convertidos, sejam aceitos apenas os que passaram pelo processo com um rabino ortodoxo. O ministro israelense Meir Shitrit foi um dos que, em 2007, tocou no assunto que ainda gera muitas discussões e defendeu que a cidadania fosse concedida aos estrangeiros que permanecessem ao menos cinco anos em Israel e passassem em uma prova de hebraico.

Todos os judeus devem ter a possibilidade de viver em Israel, mas não é necessário conceder a cidadania cinco minutos depois da chegada deles ao país. Há muitos casos de fraude e muitos imigrantes que não têm o direito à cidadania e a obtêm por meios ilegítimos. (BBC, 2007)⁴

Mas enquanto as questões políticas dos judeus moradores do território geram discussões, os moradores árabes sofrem com o que estudiosos, políticos e autoridades em direitos humanos classificam como limpeza étnica e regime de apartheid. Em 2021, o Human Rights Watch publicou o extenso relatório “Um Limiar Ultrapassado: As Autoridades Israelenses e os Crimes de Apartheid e Perseguição”, no qual denuncia as ações de opressões sistemáticas e discriminação institucional do estado de Israel para com os árabes.

Na maior parte desta área, Israel é o único poder governante; no restante, exerce autoridade primária juntamente com o limitado autogoverno palestino. Nestas áreas e na maioria dos aspectos da vida, as autoridades israelitas privilegiam metodicamente os israelitas judeus e discriminam os palestinos. As leis, as políticas e as declarações dos principais responsáveis israelitas deixam claro que o objetivo de manter o controlo judaico-israelense sobre a demografia, o poder político e a terra que há muito tempo orienta a política governamental. Na busca deste objetivo, as autoridades desapropriaram, confinaram, separaram à força e subjugaram os palestinos em virtude da sua identidade, em vários graus de intensidade. Em certas áreas, tal como

⁴ Disponível em:

https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/11/printable/071101_israel_migracao_dg

descrito neste relatório, estas privações são tão graves que equivalem aos crimes contra a humanidade de apartheid e perseguição. (Human Rights Watch, 2021, p. 2)

Conforme o professor e historiador Edward Said compara em sua obra A questão palestina: “Ao contrário da África do Sul, Israel não sofreu boicote, embora o que faça na Cisjordânia e na Faixa de Gaza se equipare às práticas do governo sul-africano durante os piores momentos do apartheid” (Said, 2012, p. 278)

Contudo, a mídia internacional, assim como a brasileira, não noticiou amplamente as centenas de ataques israelenses, com ações militares nas áreas da Palestina, e países vizinhos, além das perseguições e até mesmo assassinatos de árabes à luz do dia em Jerusalém, categorizada pela ONU como território internacional. Nem mesmo as mortes de colegas jornalistas, como Shireen Abu Akleh, da emissora Al Jazeera, assassinada pela IDF, em 2022, ganhou grande repercussão e investigação.

Uma dificuldade encontrada pelos palestinos, e as pessoas de todo o mundo que buscam denunciar as violências sofridas por este povo, é conseguir ganhar voz na mídia, visto que o maior aliado militar, político e econômico de Israel são os Estados Unidos. Israel é também o país que mais recebeu recursos dos EUA, desde sua criação. Entre 1946 e 2023 foram estimados US\$158.665.110 em auxílios militares, econômicos e bélicos, conforme o documento de 1º de março de 2023, do Serviço de Pesquisa do Congresso (CRS) elaborado por Jeremy M. Sharp, para os membros do Congresso, que relata as quantias gastas e também reforça as motivações para tais despesas.

Os Estados Unidos e Israel têm mantido fortes relações bilaterais com base em uma série de fatores, incluindo o robusto apoio interno dos EUA a Israel e à sua segurança; objetivos estratégicos compartilhados no Oriente Médio; um compromisso mútuo declarado com os valores democráticos; e laços históricos que datam do apoio dos EUA à criação de Israel em 1948. A ajuda externa dos EUA tem sido um componente importante na consolidação e reforço destes laços. As autoridades dos EUA e muitos legisladores há muito que consideram Israel um parceiro vital na região, e os pacotes de ajuda dos EUA a Israel refletem este cálculo*. (Sharp, 2023, p. 5)

Desta aliança de décadas, um episódio gerou uma repercussão significativa, quando o então presidente Donald Trump ignorou a ONU e a comunidade internacional, e reconheceu Jerusalém como capital de Israel. Nos Estados Unidos,

assim como no Brasil, muitos políticos de direita buscam se conectar com o sionismo e defendem o Estado de Israel.

2. 1. 3. O HAMAS

Para entender como o Hamas chegou ao poder, é preciso compreender as evoluções e construções políticas dos palestinos com o passar das décadas. Ainda durante a ocupação britânica, aconteceram episódios de violência, perpetuados pelos dois lados. Mas foi desde a primeira ideia de instituir o Estado de Israel, que não apenas os palestinos, mas também os árabes dos países vizinhos se sentiram ameaçados.

“A Palestina é árabe e preservá-la como tal é dever de todos os árabes”: este foi o enunciado básico do Congresso Pan-Arábe, realizado em setembro de 1938, na Síria, e que concluiu pela rejeição do projeto de partilha. Este projeto estabelecia a divisão da Palestina em dois Estados, um árabe e outro judeu. (Soares, 1989, p. 39)

Como prova, nos dias seguintes à proclamação de independência israelita, os árabes paralisaram suas atividades para entrar em guerra com os colonizadores.

“Dois dias depois, aviões do Egito bombardearam Tel Aviv, iniciando o ataque, por terra, de unidades militares do próprio Egito, do Líbano, Síria, Jordânia e Iraque” (Soares, 1989, p. 48). Nem mesmo a união árabe foi suficiente para igualar à potência militar de Israel, apoiada pelo Ocidente. Nos meses seguintes foram assinados tratados com os vizinhos, e assim, foi entendido que haveria um período de paz, e em 1949, Israel ingressou na ONU como estado soberano.

Os refugiados palestinos, espalhados pelo Oriente Médio, buscaram se organizar de forma maciça. Conforme comentam os autores israelitas Adi Schwartz e Einat Wilf, em *A guerra do retorno: como resolver o problema dos refugiados e estabelecer a paz entre palestinos e israelenses* (2021). “E já em 1950, grupos de estudantes militantes palestinos, alguns deles clandestinos, começaram a surgir no Cairo, em Beirute e em Gaza, todos almejando libertar a Palestina da ocupação sionista” (2021, p. 57). Dentre os exemplos comentados, estão Yasser Arafat e Khalil al-Wazir, que no final da década fundaram o partido político Fatah, acrônimo reverso para Movimento de Libertação Nacional da Palestina (Harakat al-Tahrir al-Filistiniya).

O Fatah atualmente tem posições políticas mais conciliadoras e é um partido laico, mas no seu início, era mais combatente e antissionista. Seus filiados formam a maioria da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), que segundo Soares é “na verdade uma espécie de guarda-chuva que dá proteção a oito grupos guerrilheiros, entre eles quatro pequenos que se opõem a qualquer solução negociada com Israel” (1989, p. 57). Deve-se considerar o ano em que foi publicado o livro, quando as configurações políticas eram diferentes, mas a OLP mantém-se como organização ampla.

A partir dos anos 1980, o Fatah aceitou negociar uma conciliação com Israel, o que gerou críticas internas e levou a que parte da população buscasse outros grupos para liderar a libertação nacional.

Em 20 de agosto de 1993, o conflito do Oriente Médio parecia se encaminhar para um final pacífico, quando os delegados palestinos e israelenses anunciaram em Oslo a formalização de um entendimento histórico entre Yasser Arafat e Yitzhak Rabin. [...] Concretamente, os Acordos previam o fim do conflito armado; retiradas israelenses de extensas partes dos territórios ocupados de Gaza e Cisjordânia; formação de um protoestado palestino (Autoridade Nacional Palestina) com poderes administrativos e diplomáticos; cooperação nas áreas de segurança, infraestrutura e economia; e o início de negociações sobre um tratado de paz no transcorrer máximo de cinco anos. (Abu-El-Haj, 2014, p. 15).

Simultaneamente aos Acordos de Oslo e a busca por uma solução que agradasse, em parte, os dois lados, grupos radicais como o Hamas, ganharam força e apoio da população. Não há vasta bibliografia, principalmente sobre sua história, até chegar ao poder em 2007, quando ganhou mais visibilidade internacional. Contudo, apresenta-se a seguir um breve panorama do Movimento de Resistência Islâmica (Harakat al-Muqawamah al-Islamiyya), o acrônimo Hamas.

Conforme a professora Sherifa Zuhur aborda no documento Hamas and Israel: Conflicting Strategies of Group-Based Politics (Hamas e Israel: Estratégias Conflitantes de Política de Grupo, em tradução livre), o grupo foi criado como uma forma de liberação e por consequência direta da fundação de Israel e de seu intenso e extenso apoio externo:

Quando o HAMAS foi criado, definiu a sua missão como a libertação dos palestinos e a cessação da agressão israelita contra eles. Isto é, o seu objetivo não é a destruição de Israel, como é habitualmente afirmado pelos

meios de comunicação americanos e israelitas, e certamente o HAMAS não possui os meios militares para atingir esse objetivo.⁵ (Zuhur, 2008, p. 29)

Ela ainda destaca que o uso de violência por parte do grupo político-militar Hamas é uma resposta ao “terror de estado por parte de Israel” (Zuhur, 2008, p. 39). Mas o Hamas ganha maior relevância a partir da morte do líder palestino Yasser Arafat, em 2004, que havia dado passos em direção à paz, com os Acordos de Oslo, mas que não foram inteiramente cumpridos, principalmente nos quesitos que poderiam beneficiar os palestinos.

De maneira mais significativa, por mais de vinte anos Israel tem se empenhado em separar Gaza da Cisjordânia, numa violação aos Acordos de Oslo, que declaram que Gaza e a Cisjordânia são uma unidade territorial indivisível. Um exame do mapa explica a base lógica desse argumento: separados de Gaza, quaisquer enclaves deixados para os palestinos na Cisjordânia não dispõem de acesso ao mundo exterior. (Chomsky, 2017, p. 247)

O Hamas é eleito em 25 de janeiro de 2006, ao conquistar 76 das 132 cadeiras do parlamento palestino. Sionistas tiveram esperanças de que o sucessor de Arafat, Mahmoud Abbas, presidente da Autoridade Palestina, negasse a vitória eleitoral e constituísse seu próprio governo, de modo arbitrário (Zuhur, 2008, p. 48). O trecho a seguir, proveniente de um documento escrito pelo enviado Richard Lugar, para o Comitê de Relações Internacionais do Senado dos Estados Unidos, reitera o interesse estadunidense nas atividades palestinas: “Os Estados Unidos, Israel, e a comunidade internacional estão agora se esforçando para avaliar o impacto da profunda mudança nos interesses e políticas nacionais da Autoridade Palestina”⁶ (Lugar, 2006, p.1). O documento ainda provoca questionamentos que evidenciam o interesse estadunidense na região, que não é a democracia, nem a resolução do conflito:

Queremos que o Hamas modere-se e mude sua posição, como a Organização de Libertação da Palestina fez anos atrás, e torne-se um partido governante legítimo de uma nova Autoridade Palestina? Ou queremos que o Hamas fracasse, esperando que, no processo, as suas posições extremistas e a violência que perpetuou fiquem desacreditadas? Algum dos caminhos levaria a uma negociações de paz com Israel e uma nova era de democracia palestina? E qual caminho é o melhor em termos de interesses de segurança nacional dos Estados Unidos relacionados ao conflito israelo-palestino e a todo o Oriente Médio?⁷ (Lugar, 2006, p. 2)

⁵ Tradução própria.

⁶ Tradução própria.

⁷ Tradução própria.

Outro documento dos Estados Unidos, escrito pelo analista em assuntos do Oriente Médio, Jim Zanotti, em 2010, ressalta o interesse em manter Israel forte e enfraquecer o Hamas:

A administração Obama e ambas as casas do Congresso propuseram financiamento para apoiar o desenvolvimento de um sistema de defesa israelense anti mísseis de curto alcance, conhecido como Iron Dome, concebido para combater a ameaça de foguetes do Hamas. Os Estados Unidos e Israel também estão a desenvolver, em conjunto, um sistema de defesa antimísseis conhecido como David's Sling, que poderia potencialmente ser utilizado contra os foguetes de longo alcance do Hamas.⁸ (Zanotti, 2010, p. 31)

Esta parte do capítulo teve como objetivo oferecer um panorama da situação histórica e política da Palestina - desde antes da ocupação britânica, até os dias atuais, sob ataques de Israel -, assim como abordar os agentes interessados na região. Em seguida, estuda-se o papel que a mídia tem na cobertura de conflitos mundiais.

2.2 O JORNALISMO INTERNACIONAL - ORIGENS E HISTÓRIA

Em seu livro publicado em 2007, João Batista Natali afirma que o jornalismo nasceu impresso e internacional, e que os que ele chama de primos, os historiadores, ajudam a apurar as informações históricas. Mas existem muitas formas de fazer jornalismo, principalmente com a evolução tecnológica que trouxe, além da televisão e do rádio, os computadores e celulares. Estas ferramentas fazem ser possível criar conteúdo em muitos formatos, como podcasts, newsletters e vídeos interativos. Esta parte do capítulo propõe a oferecer um contexto da evolução do jornalismo e um panorama das melhorias e dificuldades contemporâneas.

É importante ressaltar que a impressão de papel é uma inovação usada há séculos, e se dá por meio da tecnologia da prensa, criada pelo alemão Johann Gutenberg em 1440, que permitiu que os mesmos escritos fossem replicados em vários papéis. E assim iniciou-se a popularização de folhetins, jornais e livros.

Mas o jornalismo cresceu na época do mercantilismo, entre os séculos XV e XVIII, por meio de folhas impressas com notícias econômicas e mercantis, vendidas

⁸ Tradução própria.

para qualquer pessoa que demonstrasse interesse em comprar (Natali, 2007). Não tardou para que os assuntos fossem ampliados e notícias cotidianas fossem relevantes também, assim como assuntos externos, que dificilmente chegariam àquele local apenas por propagação verbal.

Poderíamos supor que o jornalismo surgiu como atividade que fizesse circular informações de interesse local ou paroquial, já que o campo de interesse do comum dos mortais em comunidades compartimentadas, sofria os efeitos de uma infra-estrutura precária de comunicações. Pois suporíamos errado. O jornalismo nasceu, isto sim, sob a forma de jornalismo internacional, com o formato de coleta e difusão de notícias produzidas em terras distantes. (Natali, 2007, p. 23)

Enquanto as notícias e comunicados verbais eram essencialmente gratuitos, e as impressões passaram a criar um mercado, com oportunidades de negócios. E sobre a transformação de um serviço pensado para a população em negócios lucrativos, o professor Michael Schudson reflete:

A objetividade é uma estranha exigência a se fazer a instituições que, como sociedades comerciais, dedicam-se antes de tudo à sobrevivência econômica. É uma estranha exigência a se fazer a instituições que, com frequência, por tradição ou código explícito, são órgãos políticos. (Schudson, 2010, p. 13)

O que também não tarda a aparecer, além das reflexões sobre interesses econômicos e pessoais, e portanto, objetividade, é a censura. Em 1631, na cidade de Paris, na França, começou a ser veiculado o jornal Notícias Comuns de Vários Lugares (Nouvelles Ordinaires de Divers Endroits, em francês), que logo foi interrompido por determinação do governo. E, ainda, para substituí-lo, foi criado um jornal enviesado por estes mesmos governantes (Natali, 2007).

Já na Inglaterra da segunda metade do século XVII, o parlamento e suas regras faliram jornais populares: “O Stamp Act, de 1712, estipulou uma taxa sobre cada exemplar vendido, o que na prática inviabilizava economicamente a imprensa.” (Natali, 2007, p. 25). Há casos similares nos Estados Unidos, Alemanha e outros países. Mas foi a Suécia que traçou os primeiros passos para reconhecer e garantir a liberdade de expressão.

Acreditamos, com razão, que o direito à informação é um direito universal. Dele depende o exercício da cidadania, há nele uma das bases para a legitimidade das decisões dos governos e para a aceitação consensual das normas impessoais que teoricamente têm como origem o Estado. É portanto compreensível nosso susto ao notar que a censura não é algo tão recente

assim. Que ela se encontra nas raízes históricas do jornalismo e, de um modo mais específico, do noticiário internacional. (Natali, 2007, p. 25)

O autor ainda discorre defendendo que a censura pode ser muito mais velada do que o ato de censurar no senso comum, que seria mais direto e explícito. Como aconteceu na ditadura militar brasileira (1964-1985), quando havia membros do governo dentro das redações de jornais, revisando as matérias e arbitrariamente vetando conteúdos.

E no Brasil, o jornalismo chegou entre 1822 e 1840, ainda que bem longe de ser imparcial:

É compreensível que o nascimento e as primeiras décadas da imprensa brasileira se concentrem no noticiário de política interna. Aliás, falar em “noticiário” seria bondade excessiva da minha parte. A ideia de jornal no início do século XIX é bem diferente da que dele temos hoje, já que eram folhas destinadas a defender posições, lançar polêmicas ou mesmo “esculhambar” com a reputação alheia. Dar informações era um objetivo secundário, se é que me permitem o exagero. (Natali, 2007, p. 36)

Neste período, o noticiário exterior era escasso e inconstante, principalmente porque as matérias vinham do norte global por meio de navios, que demoravam em torno de seis semanas para concluir a viagem. Além disso, alguns desses materiais eram importados da França, e destinados a elite alfabetizada e poliglota do momento. Enquanto isso, os pasquins não conseguiam concorrer no mesmo nível.

Alguns jornalistas e pesquisadores estudam e refletem sobre a história da mídia burguesa e a manutenção do status de classe, mas agora com grandes empresas nacionais e multinacionais. E conforme o intelectual gaúcho Adelmo Genro Filho aborda em *O Segredo da Pirâmide* (1987):

Embora o jornalismo expresse e reproduza a visão burguesa do mundo, ele possui características próprias enquanto forma de conhecimento social e ultrapassa, por sua potencialidade histórica concretamente colocada, a mera funcionalidade ao sistema capitalista. (Genro Filho, 1987, p. 47)

Desde o início do século, um dos assuntos mais comentados e fonte de temor interno na categoria jornalística, é a ascensão tecnológica. Começou com os computadores, ainda na década de 1990, que eram usados em alguns tipos de trabalho e também como lazer. Com o avanço das plataformas e ferramentas, os jornais, até então impressos, passaram a migrar, aos poucos, para o digital. Inicialmente os veículos passaram a replicar o mesmo design das páginas impressas

em seus sites, mas depois viram que este modelo não era o melhor para a visualização digital.

Com os sites dos jornais, as formas de fazer conteúdo mudaram. Tornou-se possível escrever o quanto fosse preciso, pois não havia a necessidade de basear o texto conforme o espaço da página do jornal. E com as redes sociais, as informações passaram a circular de outras maneiras, o que ajuda a dar vazão às notícias. Mas também prejudica os profissionais, que acabam competindo com veículos não profissionais, que não cumprem com a ética jornalística.

2.3 O JORNALISMO INTERNACIONAL - TRANSFORMAÇÃO E PROTAGONISMO DAS AGÊNCIAS

Dentre as inúmeras editorias em veículos de jornalismo, a internacional é uma das que recebe o maior volume de informação. Dezenas de conflitos acontecem simultaneamente no mundo inteiro, e os jornalistas buscam elucidar o público sobre os acontecimentos e seus porquês. Veículos com correspondentes internacionais fixos, como BBC, New York Times e CNN, somam repórteres em muitos países, próximos ou distantes de suas filiais.

Diariamente as notícias internacionais são relacionadas a economia e política. Mas em períodos de turbulência, seja em eleições ou conflitos armados, esta editoria ganha mais audiência. Contudo, nos últimos anos, principalmente após as mudanças impostas pela pandemia de Covid-19, as notícias internacionais dos veículos brasileiros são, quase em sua totalidade, conteúdos de agências. E isto causa, acima de tudo, uma uniformização das narrativas, que em geral, reproduzem os vieses do norte global.

As agências de notícias são empresas midiáticas que vendem assinaturas de seus produtos comunicacionais para outros veículos de comunicação. Dentre estes, encontram-se notícias, imagens e vídeos de diversos locais do mundo onde possuem seus escritórios. Elas, na prática, facilitam o processo de reprodução de informações de grandes conglomerados midiáticos de vários países. (Zimmer, 2014, p. 20)

A crise do jornalismo internacional próprio dos veículos anda lado a lado com a crise do jornalismo no geral: as pessoas não querem pagar pela notícia. Até porque pelas redes a informação é de graça, apesar de duvidosa e muitas vezes sem fontes apresentadas. Com a nova realidade, as redações diminuíram seu quadro de

funcionários e assim entra cada vez mais forte o papel das agências, com as brasileiras Agência Brasil, Agência Estado (Estadão Conteúdo) e Folhapress, e as internacionais. E segundo Esperidião (2020, p. 15): “Associated Press, Reuters, France Presse (AFP) e EFE controlam entre 70% e 90% das notícias distribuídas aos veículos de comunicação do mundo (Boyd-Barrett & Rantanen, 1998, 2004)”.

As agências deram visibilidade econômica ao noticiário internacional. Um texto distribuído a centenas de jornais que assinam os serviços de uma agência sai incomparavelmente mais barato que um texto produzido por um correspondente ou enviado especial cujos custos são cobertos inteiramente por um jornal ou por uma revista. O correspondente ou o enviado especial passou a ser um diferencial de peso, mas não o arroz-com-feijão do noticiário. (Natali, 2007, p. 31)

Já Schudson (2010) comenta outros aspectos dos colunistas e correspondentes internacionais, como a maior autonomia textual em relação aos seus colegas do noticiário factual cotidiano. Sua interpretação sobre o colunista político pode ser aplicada para os correspondentes internacionais.

A coluna política era, entre outras coisas, o reconhecimento mais importante do jornalismo institucional de que não havia mais fatos, somente interpretações construídas individualmente. Nem todos os jornalistas poderiam ser colunistas; tampouco todos eram livres para escrever interpretativamente. (Schudson, 2010, p. 178)

Apesar da falta de correspondentes internacionais nos veículos, que leva a falta de personalização dos conteúdos, ser um problema deste século, a criação das agências não é algo novo. Em 1848, nos Estados Unidos, seis jornais de Nova York se uniram para criar a Associated Press, com a finalidade de cobrir as invasões do país no México (Natali, 2007). Já a Reuters, agência de notícias britânica com sede em Londres, foi criada em 1851. Enquanto as empresas brasileiras são mais recentes, a Agência Estado nasceu em 1970, a Agência Brasil em 1990 e a Folhapress, em 1994.

Mas com a ascensão das redes sociais como forma de consumir conteúdos não apenas para lazer, mas jornalísticos, ou ao menos informativo, os jornais sofreram com esta nova concorrência. E assim, instala-se mais uma crise no jornalismo brasileiro, a diminuição de assinantes, e portanto, menos lucro para as empresas. Com isso, ocorrem demissões e diminuição de quadro de funcionários, além da extinção de algumas funções.

Apenas os grandes veículos do Brasil possuem correspondente internacional, e geralmente a apuração e todos os processos jornalísticos são feitos por apenas uma pessoa, ou um repórter/colunista e um assistente. Na realidade, é preciso fazer uma distinção entre correspondente internacional e enviado especial. O primeiro é um jornalista que mora em algum país estrangeiro e se reporta de lá para o Brasil com colunas, entrevistas pontuais, comentários locais e pode, inclusive, também cobrir países vizinhos, ou até mesmo um continente, a depender do jornal.

Na maior parte das vezes, o correspondente é autopautado – ou seja, ele mesmo define o que selecionar, escrever e apurar. O correspondente deve ter conhecimento profundo da realidade local e um talento discricionário elevadíssimo para identificar os fatos mais relevantes no país onde trabalha, que sejam, ao mesmo tempo, interessantes para seu país de origem. (Brasil, 2012, p. 4)

Já o segundo é um jornalista que mora no mesmo local do seu veículo, mas cobre os assuntos internacionais remotamente. Contudo, em casos especiais, conforme os critérios do veículo, este mesmo profissional será enviado ao local, para cobrir, por um período determinado, alguma situação específica, sendo guerras a mais comum. Como o jornalista especializado em política internacional do Grupo RBS, Rodrigo Lopes, que faz cobertura internacional remotamente. Mas em casos especiais, a depender dos critérios e decisões do veículo, o repórter vai até o local para cobrir os acontecimentos *in loco*.

Em tempos de sucateamento e fechamento das editorias de internacional/mundo nos veículos de jornalismo brasileiros, é preciso refletir sobre como as notícias chegam ao conhecimento do cidadão brasileiro, por meio de quais fontes, com quais vieses, e quais os locais considerados dignos de cobertura.

2.3.1 OS CONFLITOS ATUAIS E A COBERTURA JORNALÍSTICA

Diante da escassez de profissionais especialistas em cobertura de contextos internacionais nas redações e do amplo protagonismo que apenas algumas agências exercem no cenário internacional, os noticiários recentes mostram uma fragilidade ou na abordagem ou na quantidade de informações oferecidas e contextualizadas ao seu público.

Os veículos jornalísticos têm um grande papel em explicar situações que acontecem nos locais que não costumam ser protagonistas mundiais em questões de turismo ou econômicas. Portanto, é um desafio contextualizar, para um brasileiro médio, por exemplo, os detalhes da guerra de Israel contra a Palestina. Os veículos brasileiros propagam as narrativas europeia e estadunidense, e portanto podem apresentar tendências pró-Israel. Há também os veículos considerados alternativos ou não-hegemônicos, mas dificilmente fura-se a bolha para consumir informações.

O surgimento das chamadas fontes periféricas que atuam, segundo Cottle (2009), como diques de contenção da hegemonia noticiosa ocidental, não tem alterado o fluxo de notícias no mercado global. Redes como a de televisão pan-árabe Al Jazeera – um fenômeno na mídia independente no Oriente Médio –, ou as agências asiáticas como a chinesa Xinhua ou a japonesa Kyodo, acabam não prosperando diante do poderio das agências ocidentais. (Dalla Costa, 2018, p. 2)

Mas a cobertura internacional brasileira de grandes veículos, no dia-a-dia, se restringe aos países desenvolvidos como Estados Unidos e também à Europa. Pouco se dá destaque à América Latina, Oriente Médio e outras regiões da África e Ásia. As eleições estadunidenses, por exemplo, são amplamente divulgadas pela mídia tradicional, enquanto as eleições dos vizinhos do Brasil não ganham repercussão similar. Também percebe-se a seletividade quando acontecem outros fatores como ataques militares ou até mesmo desastres naturais, que viram notícia muitas vezes apenas quando acontecem em um país desenvolvido.

Os critérios de seleção de notícias são determinados, consciente ou mecanicamente, pelos interesses políticos e econômicos do sistema transnacional e dos países onde esse sistema tem suas raízes. Assim, tornaram-se um elemento central nos mecanismos nacionais e internacionais tendentes a manter o status quo e impedir mudanças reais. Politicamente, eles potencializam a informação tendendo a demonstrar que o sistema “funciona” adequadamente e minimizam o que implica em denunciar o estado de coisas. (Somavía, 1976, p. 52)

O início oficial do conflito entre Rússia e Ucrânia foi amplamente noticiado pelos veículos brasileiros. Inclusive com correspondentes sendo enviados para reportar-se ao vivo sobre a invasão do exército russo nas áreas ucranianas. Enquanto no Brasil, outros diversos temas relevantes para a população não recebem a mesma proporção do que os que estão na agenda dos gestores de veículos de comunicação. E ainda, a escolha de quais situações internacionais cobrir e quais ignorar, leva-nos a questionar

a intenção por trás das coberturas oferecidas pelos veículos, quando há apuração própria; ou, na maioria dos casos, as tendências das agências.

E nos deixou uma lição: a propaganda política patrocinada pelo Estado, quando apoiada pelas classes instruídas e quando não existe espaço para contestá-la, pode ter consequências importantes. Foi uma lição aprendida por Hitler e por muitos outros e que tem sido adotada até os dias de hoje. (Chomsky, 2013, p. 13)

A falta de jornalistas especializados nas redações brasileiras é um grande problema, pois assim muitas informações deixam de ser contextualizadas e as opiniões se mantêm na superfície, muitas vezes apenas com colunistas não especializados em internacional ou política. Como um dos maiores jornais do Rio Grande do Sul, o Jornal do Comércio, que não possui cobertura internacional própria, apesar utiliza os conteúdos de agências.

Ainda no quesito de guerras, a perspectiva oferecida muitas vezes traz os aspectos econômicos e políticos, mas não os humanos. E a mídia, com suas escolhas de palavras, consegue manipular a audiência. Além das imagens, ou das narrativas sangrentas criadas, mesmo sem provas. Quando um jornal só mostra um lado de um conflito e usa de recursos narrativos diferentes ao abordar os dois lados, entende-se que está reproduzindo uma opinião.

É necessário também, instigar a população para que apoie aventuras externas. Como aconteceu durante a Primeira Guerra Mundial, a população normalmente não vê motivo para se envolver em aventuras externas, mortes e tortura. Portanto você tem que instigá-las. E para instigá-las é preciso amedrontá-las. (Chomsky, 2013, p. 31)

O que o autor aborda é um recurso utilizado pela mídia para chamar a atenção para um assunto. E o maior perigo disto é a falta de checagem dos veículos brasileiros ao abordarem assuntos delicados.

Em 10 de outubro de 2023, a conta oficial do governo de Israel compartilhou uma matéria do canal israelense i24NEWS, no vídeo uma repórter se mostrava chocada com um ataque de um vilarejo pelo grupo político militar Hamas, e disse que 40 bebês foram decapitados. Contudo, não havia provas e no dia seguinte o relato foi desmentido pelo próprio governo. Só que não apenas as pessoas nas redes sociais já estavam espalhando a “notícia” como também os veículos de outros países, como no Brasil, sem a devida checagem.

Outro ponto que merece ser abordado é a seleção de quais veículos usar como fonte de informação estrangeira. No Oriente Médio existe a Al Jazeera, o primeiro canal de notícias do mundo árabe, fundado em 1996 e financiado pelo Catar. A emissora foi, inclusive, banida de Israel, conforme anunciou na rede social X (antigo Twitter) o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, do partido nacionalista, sionista e conservador de direita Likud, no dia 5 de maio de 2024.

Pouco se vê no jornalismo brasileiro, informações deste veículo, apesar da intensa cobertura do mundo árabe, e não só em tempos de guerra. O espectador médio, contudo, não percebe a escolha de fontes primárias, mas os jornalistas e outros estudiosos, têm como dever a reflexão sobre o assunto. É preciso analisar o que é informação e o que é narrativa unilateral sobre determinado assunto.

A reprodução desses discursos que abrangem apenas uma visão dos acontecimentos, acontece nos diferentes formatos de mídia, como sites, jornais, televisão, rádio, podcasts e também as redes sociais. Por isso, muitas iniciativas de jornalismo surgem, para buscar uma informação baseada em fatos e não em interesses de grandes corporações e países, seja com novos discursos ou novos formatos.

3. OS PODCASTS E O JORNALISMO INTERNACIONAL

As transformações digitais afetam o dia a dia da população, e ocorrem rapidamente e constantemente. As tecnologias avançam progressivamente, fazendo com que mercados já estabelecidos tenham que mudar e se adaptar rapidamente, ou perderão espaço. Isso também acontece com o jornalismo, pois o consumo de notícias, assim como o de entretenimento, mudou muito desde o início do século. Se antes havia algumas dezenas de canais e emissoras para escolher, agora há milhares de opções de conteúdos, de diversos segmentos, nos streamings.

As redes sociais digitais como o Instagram, X (antigo Twitter) e TikTok, foram criadas como uma forma de lazer conectado, para além do conteúdo pessoal e informacional. Mas com o tempo e as mudanças de uso, em algum nível, começaram a ser fonte de informações, pois os veículos de jornalismo passaram a publicar conteúdos nestes sites e aplicativos, como forma de atrair público para suas matérias,

ou mesmo trazer o conteúdo ali mesmo, de outra maneira. Estas mesmas redes ainda passaram a pautar parte do conteúdo publicado pelos veículos.

As marcas também seguiram este mesmo caminho, e as redes passaram a ser muito mais diversas em relação a conteúdos, pois o que era pra ser interação entre pessoas, virou interação entre pessoas e empresas também. Mas com a constante evolução digital, os jornalistas iniciaram, ainda na década passada, uma mudança de rota para focar na criação de conteúdos exclusivamente para as redes, pensados desde o início conforme os critérios destas plataformas.

Na esteira dessas transformações surgiram os podcasts, como uma forma de lazer e de informação, e o Brasil está no topo da lista dos países que mais consomem os conteúdos neste formato (Data Reportal, 2023). Dentre os diversos tipos de programas, estão os jornalísticos e os de roda de conversa/debate, que abordam as notícias de forma interpretativa e opinativa, não tendo compromisso com a rigorosa apuração da informação e fontes. Os cinco podcasts mais escutados na plataforma Spotify em 2023 foram Podpah, Mano a Mano, Café da Manhã, Psicologia na Prática e Não Inviabilize (Spotify, 2023).

Destes, os dois primeiros são de entrevistas, mas sem a proposta jornalística e sim como uma conversa; formato/gênero que conquistou muitos ouvintes e também se prolifera nas plataformas de áudio e vídeo - com os denominados videocasts, com a proposta de serem conteúdos audíveis mas que também não gravados. Mas diferentemente de um vídeo, nestes casos o foco, em princípio, seria no áudio.

É perceptível que muitos dos conteúdos assim acabam se afastando da proposta inicial, que seria permitir que a pessoa escute, podendo prestar atenção apenas no áudio, enquanto faz outras tarefas. Este é um exemplo concreto de como as mídias se diferenciam umas das outras e ao mesmo tempo podem convergir ou ter inovações que se modificam até virarem um formato já consolidado.

Já o terceiro mais escutado é um dos principais podcasts jornalísticos da atualidade, o Café da Manhã, produzido pelo jornal Folha de S. Paulo, com o objetivo de introduzir notícias e análises de manhã cedo, para que o ouvinte comece o dia com informações e notícias relevantes. Em uma média de 30min, os episódios, de segunda a sexta-feira, elencam uma notícia mais relevante, que dá nome ao episódio, e depois discorrem sobre outros acontecimentos. Este formato assemelha-se a uma newsletter, um boletim informativo em texto enviado por e-mail.

Este capítulo propõe-se a explorar o que é um podcast, quais seus tipos e funções, além de analisar como as coberturas feitas por este tipo de mídia convergem com outros modelos e formatos. A convergência, de acordo com Jenkins (2009), é a nomenclatura para definir transformações sociais, culturais e de mercado, além de tecnológicas, que, por sua vez, afetam diretamente os veículos e a produção de jornalismo e entretenimento.

Por convergência, refiro-me ao fluxo de conteúdos através de múltiplas plataformas de mídia, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação, que vão a quase qualquer parte em busca das experiências de entretenimento que desejam. (Jenkins, 2009, p. 27)

No jornalismo, estas mudanças permitem, ou forçam, novas ideias, possibilidades e formatos, como a prática do podcasting. Assim como também podem facilitar ou colocar em risco a sua sobrevivência, pois os veículos dependem de publicidade, e esta, por sua vez, muda e migra conforme as evoluções tecnológicas e de consumo.

3.1 OS PODCASTS NO GRUPO RBS

O Grupo RBS é um conglomerado de mídia, com foco em jornalismo, entretenimento e marketing, criado no Rio Grande do Sul em 1957 pelo empresário Maurício Sirotsky Sobrinho, e administrado pela família do fundador, que possui ligação direta com o judaísmo. A empresa é conhecida principalmente pelo jornal impresso Zero Hora, o canal RBS TV e a emissora Rádio Gaúcha, além do site GZH, fruto da união do jornal com a rádio. A fusão aconteceu em 2017, para fortalecer e centralizar a presença digital da marca. Além dos conteúdos exclusivos ou pensados para as redes sociais, outro tipo de formato que ganhou protagonismo e investimentos foi o podcast.

Em GZH, há uma página com todos os programas de podcasts criados, muitos dos quais estão inativos. Chama a atenção do consumidor que muitos produtos indicados nesta aba não são atualizados há meses e podem até ser apresentados por pessoas que não trabalham mais no veículo, contudo, não há uma sinalização clara de finalização do programa. Há também os programas específicos de eventos - então infere-se que será produzido com uma finalidade e terá um fim claro -, como

Emparedados, sobre o Big Brother Brasil 2023, Mapa da Copa, sobre a Copa do Mundo e outros.

Existem ainda programas da Rádio Gaúcha que são gravados no ao vivo e disponibilizados nas plataformas de streaming de áudio, estes, contudo, não são considerados neste trabalho podcasts, visto que são apenas gravações do ao vivo disponibilizadas em plataformas de streaming e não conteúdos pensados para o consumo online. São estes: Gaúcha Atualidade, Timeline Gaúcha, Sala de Redação e Acerto de Contas. Todos apresentados por colunistas, que muitas vezes fazem uma chamada para que os leitores de seus textos escutem também as gravações, ou invertem: transformam seus comentários dos programas em colunas para o site ou o jornal impresso. Ou até mesmo, utilizam o espaço em texto para explicar melhor ou até mesmo retratar algo abordado durante a transmissão.

Exemplos de podcasts ativos são os semanais Perimetral, apresentado pelos colunistas Paulo Germano e Juliana Bublitz, o Radar de Inovação e o programa de resumo diário, Antes que o dia acabe, - conteúdo que foi popularizado não apenas em podcasts mas também em stories no Instagram de GZH. Estes três programas são nativos digitais, apresentados por jornalistas, com diferentes propostas e dinâmicas, apesar de compartilharem do mesmo tipo de formato e das opiniões e limitações editoriais do mesmo veículo.

O objeto da análise neste trabalho é o podcast Terras de Sangue, apresentado pelo colunista de política internacional, Rodrigo Lopes. Este programa, assim como muitos outros, é mais um que a empresa criou como um braço do conteúdo do site/jornal. No capítulo seguinte, a autora propõe-se a analisar qual a função deste programa de seis episódios dentro da cobertura do veículo sobre o conflito entre Israel e Palestina.

3.2 OS PODCASTS E SUA APLICAÇÃO NAS EMPRESAS JORNALÍSTICAS

Não é possível discutir o fenômeno dos podcasts, sem pensar, antes, na existência do que é considerado por muitos pesquisadores e analistas, seu cerne ou "pai", o rádio.

As ondas radiofônicas surgiram como uma forma de comunicação com a finalidade de transmitir informações, ainda que de forma codificada. Com o tempo e

as evoluções tecnológicas, iniciou-se o processo da transmissão da voz, e assim começou a popularização do rádio. No Brasil, a introdução aconteceu nos anos 1920 e de uma maneira a ler os conteúdos considerados mais interessantes dos jornais impressos (Bianco, 2008). Desta forma, o rádio não trazia o novo, mas relembra o que já estava no papel, misturando ainda a notícia com a opinião (Gamba, 2018).

Apesar do formato ainda precisar de ajustes, é nesta época que se inicia a estruturação do rádio como ferramenta e mercado (Ferraretto, 2007). E nas décadas seguintes, há uma evolução do radiojornalismo, com programas como o Repórter Esso, com uma estrutura de formato e também organizada em relação a horários e duração, que agradou ao público.

O rádio conquistou, nos anos 30 e 40, um lugar de destaque nas salas de estar, proporcionando informação e entretenimento. Ouvi-lo representava uma experiência familiar, coletiva. O rádio concentrava as atenções ao constituir um “horário nobre” para seu consumo e, em outros momentos do dia-a-dia, servia de pano de fundo sonoro, onipresente nos espaços públicos e privados. A partir dos anos 50, com a concorrência da TV e o advento do transistor, o rádio foi destronado do posto de principal meio eletrônico nos lares, mas ganhou as ruas, miniaturizado. (Kischinhevsky, 2009, p. 224)

O rádio, ainda que com novos elementos convergentes (Kischinhevsky, 2007) como vídeo, texto e gráficos - dos quais, segundo o autor, não se sabe se algum vai prevalecer sobre os demais -, continua a ter na sua essência o som, o mesmo para grande número de podcasts, como o que vamos analisar neste trabalho. Mas ainda é interessante lembrar que a digitalização altera os modos de criar, produzir, editar e consumir conteúdos (Ferraretto; Kischinhevsky, 2010).

Barbeiro e Lima (2003) lembram que o rádio é uma ferramenta que contribui para que as pessoas tenham acesso a informações, para que formem suas opiniões e de alguma forma interajam e interfiram na sociedade. Tudo isso provocando sensações apenas com o uso da voz do narrador, podendo haver convidados, deixando as imagens para a imaginação do ouvinte (Chantler e Harris, 1998). Isso, claro, muito antes de os programas também serem transmitidos em plataformas de vídeo.

A transmissão radiofônica emerge com a finalidade de promover a transmissão de informações, de um emissor para um receptor compreendido como passivo, facilmente influenciado pelo que escuta, conforme abordado por Harold Lasswell em sua Teoria Hipodérmica (1927). Mas o uso desta forma de propagação vai muito além

do jornalismo, pois há muitas emissoras de música, outras de temáticas específicas, como as religiosas, e algumas ainda transmitiam novelas há algumas décadas.

Após o início das ondas radiofônicas, a era de maior desenvolvimento do rádio, ao menos no Brasil, foi até os anos 1950. Foi nessa década que a televisão passou a ser introduzida no país. Havia o receio sobre o esquecimento do rádio, o que não aconteceu. Ainda que tenha ocorrido fragmentação da publicidade e mudança das programações, o rádio passou a ser escutado por mais pessoas. Conforme Ferraretto (2014), o rádio teve transformações, mas se mantém como companhia diária de milhões de pessoas.

Há uma particularidade do rádio a marcar o meio em relação aos demais e a garantir a sua sobrevivência em um processo que ganhou força com a transistorizado, tecnologia responsável pela consolidação da portabilidade dos aparelhos receptores. Trata-se de sua caracterização como uma espécie de companheiro do ouvinte, algo que está próximo no dia a dia e quebra a solidão, seja nas metrópoles, seja nas zonas rurais mais afastadas dos centros urbanos. (Ferraretto, 2014, p. 26)

Outros autores reforçam o mesmo ponto, como Thompson (2002), que ressalta a criação de um novo tipo de intimidade com as novas tecnologias. Além de o rádio ser considerado um meio pessoal, por o ouvinte escutar a informação como se fosse apenas para ele.

Você está falando para uma pessoa, como se estivesse conversando com ela, bebendo juntos uma xícara de café ou um copo de cerveja. O rádio permite, também, que se ouça toda a emoção da voz humana, da gargalhada ao choro, da dor à compaixão. (Chantler; Harris, 1998, p. 21)

O fato de serem plataformas - rádio e podcast - que trabalham essencialmente com um sentido, o da escuta, fazem com que possam ter maior alcance - já que não demandam um grau de complexidade na recepção e contam com custos baixos para emissão.

O rádio é o jornal de quem não sabe ler; é o mestre de quem não pode ir à escola; é o divertimento gratuito do pobre; é o animador de novas esperanças; o consolador do enfermo; o guia dos sãos, desde que realizem com o espírito altruísta e elevado. (Roquete Pinto, 1997 apud Ferraretto, 2001, p. 97)

Esta maneira de comunicação oral converge com os dados sobre condições de estudo no Brasil. Na última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), havia 9,3 milhões de analfabetos no Brasil (IBGE, 2023). O número representa a categoria acima de 15 anos, e o maior índice de analfabetismo encontra-se entre os

idosos. Outro dado é que quase metade (46%) da população brasileira não concluiu o ensino básico. Então mesmo que saibam ler e escrever, há prejuízos no desenvolvimento pleno das capacidades de interpretação, o que podem levar a uma preferência por mídias orais.

No entanto, apesar da importância do rádio como forma de acessibilidade para partes da população, a partir das transformações recentes no jornalismo e em relação a tecnologia, muitas emissoras têm se deparado com desafios para sua sustentabilidade. Podcasts, por sua vez, em muitos casos, sequer contam com algum tipo de financiamento, operando apenas com estruturas pessoais ou amadoras.

Conforme comentado anteriormente, apesar de ter a informação como produto, as rádios privadas sobrevivem de receita publicitária, e para conseguir anúncios, a empresa precisa atrair audiência e ter programação baseada em notícias e informações gerais (Chantler; Harris, 1998, p. 18).

Nos dias atuais, é preciso saber que os conteúdos que vão ao ar podem ser gravados, e sendo assim, os editores, produtores, repórteres, apresentadores tomam maior cuidado ao selecionar as notícias e também em suas falas. E sabendo que cada programa tem seus patrocinadores, os informes devem servir ao público, mas também ressaltando o cuidado diante dos anunciantes, responsáveis pela sustentabilidade econômica dos veículos.

Há, até, casos de retirada de patrocínio a programas por comentários dos apresentadores. Como no caso do programa Timeline, da Rádio Gaúcha, quando comentários dos jornalistas David Coimbra e Kelly Matos sobre uma ação criminosa em um banco, gerou repúdio e cancelamento de contratos de empresas, mesmo que de outros setores, com o programa. O acontecimento desagradou os diretores da RBS e serviu de aviso aos colegas dos apresentadores, para que tomem cuidado com seus comentários.

Este caso citado mostra uma das maneiras de pressão mercadológica no jornalismo, e isso está relacionado com o que será abordado na análise: se os conteúdos são, de alguma forma, visivelmente alterados ou até mesmo censurados, por questões políticas e para não desagradar as diretorias e patrocinadores/anunciantes.

As interferências no jornalismo acontecem de diferentes formas e intensidades, como na sugestão de certas fontes, o banimentos de outras, e até mesmo instruções

enviesadas nos manuais de jornalismo. E nos rádios, diferentemente dos podcasts, não há edição e acontece ao vivo, o que pode abrir espaço para que as emoções do jornalista causem diferentes reações ao público.

Escutado nos carros, aparelhos de som, e agora também nos computadores e celulares, atualmente, o rádio ainda se mantém como um modo de consumo presente no cotidiano. Em metade das regiões metropolitanas do país, o tempo médio de escuta de rádio é de 3h55min e 80% da população escuta diariamente. Quando considera-se a escuta por streamings ou os podcasts, esta taxa sobe para 90% (Inside Audio, 2023)⁹.

Há mais de oito décadas como parte do cotidiano de milhões de brasileiros, o radiojornalismo, diferentemente dos podcasts, apresenta vasta literatura. Dentre estas produções, encontram-se manuais para estudantes de jornalismo ou voltados a profissionais de emissoras específicas, livros sobre a história deste tipo de mídia, ou de algum trabalhador expoente, e também obras teóricas gerais (Lucht, 2009, p. 1).

Não há propriamente, para a autora deste estudo, uma concorrência entre rádio e podcast, talvez uma complementaridade. Para a análise que segue, consideramos podcast programas gravados com o intuito de serem veiculados e consumidos online de forma assíncrona pelos ouvintes. O rádio, por sua vez, é uma instituição centenária, que congrega o fator tecnológico, as ondas sonoras, o consumo personalizado, com a mobilidade surgida nos anos 1950 e também as estruturas de poder, simbolizadas pelos proprietários e concessionários de emissoras.

No início dos podcasts, ainda havia uma névoa e discordância sobre o que seria isto, se faz parte do universo radiofônico, ou se por não ter a proposta de ser ao vivo e nem necessariamente jornalístico, seria outra categoria. Na realidade, ainda existem muitos debates sobre podcasts, suas diferenças e semelhanças com o rádio, suas inovações, seus gêneros, e inclusive se estes fatores também podem ser aplicados nos videocasts, programas de áudio com recurso visual, populares no Youtube. Mas para este trabalho, utiliza-se o seguinte conceito:

Podcast é um conteúdo episódico, disponível para download ou via streaming, essencialmente em áudio falado, distribuído pela internet, reproduzível em qualquer lugar, a qualquer hora e produzido por quem desejar. (Rime et. al., 2022, p. 1.270)

⁹ Disponível em: <https://www.abert.org.br/site/imprensa/noticias/80-da-populacao-ouve-radio-no-brasil-aponta-inside-audio-2023>

Podcasting foi um termo criado em 2004 pelo britânico Ben Hammersley, e é um neologismo que combina as palavras broadcast e pod, em referência ao iPod, dispositivo de tocar músicas da Apple, e à prática de escuta de áudio em tocadores portáteis de mídia. (Bonini, 2020). Os primeiros podcasts brasileiros surgem em 2004, depois em 2006 surgem outros dois nomes que permanecem produzindo conteúdo atualmente, Nerdcast e Café Brasil. Em 2015 surge um dos maiores programas de análise política internacional, o Xadrez Verbal. Dividido em blocos, com cerca de 3h no total, episódios são liberados semanalmente, com as análises dos historiadores Matias Pinto e Filipe Figueiredo.

Mas é a partir de 2018 que surgem alguns dos principais programas de jornalismo da atualidade, com episódios figurando sempre no topo das listas desta categoria nas plataformas de áudio. O podcast de política Foro de Teresina surgiu em 2018; o Café da Manhã iniciou em 2019, assim como O Assunto, já em 2020 foi o 123 segundos e em 2024, a newsletter *the news* iniciou sua propagação diária também em podcast.

Se antes o podcasting poderia ser demarcado como uma “Comunicação de nicho” ou “micromídia pessoal”, agora vislumbra sua massificação, a partir de fatores que passam pela “universalização da telefonia móvel, pelos novos hábitos de escuta, pelas novas possibilidades de financiamento e pela experimentação de formatos e linguagens em áudio, antes limitada no rádio AM/FM. (Kischinhevsky; Lopez; Benzecry, 2020, p. 9)

Em 2022, uma pesquisa da consultoria americana de análise de mídia Comscore divulgou que 96% dos brasileiros consomem conteúdos jornalísticos em seus dispositivos, sendo o aplicativo Instagram o favorito (64%) para interações com as publicações que levam a matérias, ou conteúdos próprios para os meios digitais. No ano seguinte, no Brasil, 79% dos entrevistados afirmou que buscava informações de forma online como primeira fonte, sendo 47% via redes sociais digitais (Digital News Reports, 2023)¹⁰.

Mas para além das redes, os conteúdos audíveis são atrativos justamente por permitirem ter acesso a lazer, informações, debates e análise enquanto o ouvinte faz outras atividades. Apesar de ser consumido com uma atenção mais difusa, os conteúdos em áudio permitem mais profundidade justamente por não precisarem de recursos visuais, por poder utilizar modulação de voz e ênfases que não seriam

¹⁰ Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2023/dnr-executive-summary>

possíveis em textos e ainda ser “o melhor meio para estimular a imaginação” (Chantler; Harris, 1998, p. 21).

Este trabalho tem como um dos objetivos, traçar a rota das coberturas jornalísticas quando os principais meios de propagação de mensagens e propagandas eram os canais oficiais como rádios e jornais impressos, até os dias de hoje, quando as redes sociais e outros recursos digitais como podcasts são parte dos canais de notícias.

3.3 OS PODCASTS NA COBERTURA E NA ANÁLISE INTERNACIONAL

Antes de refletir sobre o uso dos programas de podcasts com fins de análises, partindo da premissa de o ouvinte já ter a base do assunto tratado, é preciso também lembrar que existem programas com o foco em pincelar notícias, para criar esta base de conhecimento, ainda que superficial, como os exemplos citados no subcapítulo anterior. Mas esta parte do trabalho, abordará os programas de análise de notícias, em especial, as de contexto internacional.

Em um país continental onde 41% da amostra de uma pesquisa (Digital News Reports, 2023) afirma evitar se manter informados, os jornalistas precisam estudar maneiras de atingir estas pessoas, partindo da ideia de que opiniões devem ser formadas com alguma sustentação factual. Os podcasts entram nesse debate como uma forma de consumir informações, teoricamente de qualidade e com apuração profissional. Isso acontece também por uma crescente de fragilidade dos veículos tradicionais, assim como dos formatos tradicionais.

Em 2023, o público afirmou ter 43% de confiança nas notícias (Digital News Reports, 2023) - o que leva muitas pessoas a adotar um veículo ou jornalista específico. Em um tempo em que não havia dezenas de opções, e muito menos acesso à internet, as pessoas assinavam um jornal impresso e sempre liam do mesmo veículo. E com a evolução tecnológica e a criação dos sites, estes mesmos consumidores passaram a ler e até mesmo assinar para ter o acesso às opiniões dos colunistas. Assim como acontece com as emissoras de rádio, o ouvinte também pode adotar um ou mais programas de podcast como sua principal fonte de informação. Ainda que haja a mudança de formato, ainda existe a fidelidade do consumidor com seu programa favorito.

Na televisão, um dos programas mais relevantes nesta área é o Globonews Internacional, que traz as notícias e convidados, de diferentes partes do mundo e com diferentes formações para analisar as relações internacionais, com o Brasil e também fora deste contexto. O programa ganhou uma ramificação em podcast, com o mesmo nome, em 2019, mas teve apenas 30 episódios e foi descontinuado.

Mas no geral, a maioria dos podcasts mais relevantes, melhores avaliados ou mais escutados não são atrelados a uma plataforma de jornalismo já existente (como jornais ou emissoras), ou pelo menos a nenhuma já consolidada no mercado. Isto acontece, ao menos em parte, porque a queda da confiança no jornalismo tradicional abre espaço para que outras iniciativas de jornalismo, ou de análise internacional com base e informações, surjam.

Os podcasts são uma boa maneira de inaugurar novas iniciativas de jornalismo pois basta ter um microfone para gravar e saber o mínimo de edição. Por ser um recurso de voz, atinge mais pessoas, não apenas pela possibilidade de realizar tarefas cotidianas ao escutar, mas também pelos índices citados no início do capítulo, sobre analfabetismo e escolaridade. Mas ainda é preciso considerar, que mesmo assim, a proposta dos programas em áudio pode ser para algum público específico, não tendo a intenção de atingir as classes mais baixas, como o rádio tem.

Outra questão que deve ser pensada pelos podcasts é que é necessário prender a audiência apenas com a utilização de recursos sonoros, então é preciso trilhas marcantes, uma boa voz do apresentador, ou pelo menos desenvoltura na fala, e outros recursos empregados para que, além do assunto, o formato prenda o consumidor.

Tanto no rádio quanto no podcast, a utilização da música ou trilha sonora busca criar uma atmosfera emocional, além de “situar o ouvinte em um ambiente tanto temporal, como em uma época, ou espacial, em um lugar específico. (Barroso, 2022 apud Carvalho, 2013)

Isto ainda é especialmente relevante quando se tem acesso a pesquisas sobre o tempo de consumo dos conteúdos e os índices de atenção, cada vez menores. O termo Economia da Atenção, criado pelo psicólogo Herbert Simon em 1971, durante um evento, está sendo amplamente utilizado há alguns anos, pois existe uma competição de quem - marcas, veículos, pessoas - terá a atenção do indivíduo.

Assim, além da divisão da atenção entre o mundo “real” e o virtual, existem ainda mais ramificações e serviços, todos brigando pela atenção do indivíduo. Há muitas questões relacionadas à propaganda que poderiam ser abordadas, porém,

neste trabalho, o foco será nas questões que afetam o consumo de notícias. E é neste contexto da briga pela atenção que surge uma nova onda de sensacionalismo ou simplificação excessiva dos conteúdos.

Sintoma dessa realidade é o FOMO (fear of missing out, em tradução livre, medo de ficar de fora), sobretudo nas redes sociais. Assim, muitas pessoas têm a necessidade de não ficar de fora de nenhuma discussão e assunto. E neste contexto entram alguns dos programas citados no início do capítulo, com a proposta de brevemente explicar algo, ainda que de forma incompleta. Isso ainda está relacionado com a discussão no primeiro capítulo, sobre as agências de notícias, que servem de fonte para os jornais tradicionais, e portanto, para seus conteúdos online, como podcasts.

Um dos grandes desafios do jornalismo é ter seu conteúdo acessado, e de fato visto, ou lido, até o final. Assim, os veículos têm a tarefa de encontrar um ponto de equilíbrio entre o conteúdo de qualidade em um tempo de consumo e formato adequados. Mas enquanto alguns podcasts se propõem a apenas pincelar informações, outros, geralmente independentes, não dependem tanto de questões mercadológicas e têm a proposta de aprofundá-las, como é o caso do Xadrez Verbal, citado anteriormente. Outros programas que cobrem o tema com alguma evidência são o Chutando a Escada, conduzido por pesquisadores de Relações Internacionais, o Petit Journal, com notícias e análises de economia e mundo e o Guilhotina, do Le Monde Diplomatique Brasil.

A proposta do podcast Terras de Sangue, em um primeiro momento, não parece se enquadrar inteiramente em nenhuma das opções, pois aprofunda algumas informações, mas ao mesmo tempo, apenas cita pontos relevantes do que se propõe explicar. Esses e outros aspectos serão investigados, estudados e abordados na análise do capítulo seguinte.

3.3.1 COBERTURAS INTERNACIONAIS E SEUS DESDOBRAMENTOS DE LINGUAGEM

Assim, percebe-se que podcasts, vídeos, gráficos e outros recursos tecnológicos têm sido utilizados por veículos de comunicação na ampliação, interpretação ou veiculação de assuntos, dentro de suas linhas editoriais. Por outro

lado, no ecossistema de podcasts há, também, muitos atores considerados independentes, ou seja, não vinculados aos grandes veículos da imprensa. Muitas vezes, inclusive, são compostos por apenas um ou dois indivíduos, responsáveis por roteiro, produção e edição.

O trabalho em questão compreende que o podcast faz parte de uma estrutura maior do grupo RBS, onde o enviado especial faz intervenção em algum programa da televisão, rádio, jornal impresso, jornal online e redes. Inclusive, como será abordado na análise, alguns episódios do podcast são uma grande colagem de inserções do jornalista Rodrigo Lopes durante a programação da Rádio Gaúcha, que foram simplesmente copiadas do ao vivo, e podem contar com uma contextualização antes ou depois do relato.

Pode-se ainda comparar a cobertura de Israel e Palestina com a realizada pelo mesmo enviado especial quando eclodiu a guerra entre a Ucrânia e a Rússia, que se transformou no livro Trem para Ucrânia: viagem a um lugar de onde todos querem sair.

Mas o que as duas coberturas têm em comum é a ampla utilização de conteúdos nas redes, como cortes de vídeos gravados durante um programa ao vivo, ou cortes do próprio podcast e até mesmo uma cobertura com caráter mais pessoal, no Instagram do jornalista. Esta diversidade de formatos será abordada a ser, para entender se é uma estratégia de divulgação do podcast, ou se o intuito é desmembrar os conteúdos para que cada pessoa consuma em seu formato de preferência.

4. ANÁLISE DO PODCAST TERRAS DE SANGUE

A presente análise deste Trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo tem como finalidade entender qual a intenção do Grupo RBS com a criação do enxuto programa Terras de Sangue, em formato de podcast, com seis episódios, apresentado pelo colunista Rodrigo Lopes, que já abordava, o assunto de violências entre israelenses e palestinos em suas colunas e comentários ao vivo na rádio e na televisão, a partir dos acontecimentos de 7 de outubro de 2023.

Há também a intenção de verificar os recursos linguísticos utilizados, quais as fontes procuradas como especialistas e porta-vozes, o critério de escolha dos entrevistados ao vivo e durante a viagem, a motivação da cobertura *in loco*, e outros

aspectos dos episódios publicados nas plataformas de áudio entre novembro e dezembro de 2023, um mês depois do início da cobertura do veículos de GZH.

Os podcasts são o formato a ser analisado, e para isto, no capítulo anterior, este tipo de mídia foi explicado, em sua amplitude, além de ser apresentada uma contextualização histórica e os aspectos deste tipo de mídia que ainda estão sendo discutidos, categorizados e analisados.

Pensando justamente nas diferenças desse formato para o rádio, e também as suas possibilidades, este trabalho contribui para o entendimento de como as empresas podem usar os podcasts para alcançar novos públicos, ou reforçar suas linhas editoriais em outros formatos digitais, ou até mesmo apenas estar presente nas plataformas.

4.1 METODOLOGIA

Para chegar-se na análise deste trabalho, foi percorrido um longo caminho de pesquisa, contextualizações históricas, busca por fontes e explicações dos assuntos de Israel e Palestina, no segundo capítulo, e sobre jornalismo internacional no contexto contemporâneo, no terceiro. A metodologia explicada a seguir foi a escolhida para guiar a análise dos seis episódios do podcast Terras de Sangue, produzido pelo maior grupo de comunicação do Rio Grande do Sul, o Grupo RBS.

Em conjunto com os capítulos teóricos abordados anteriormente, a metodologia escolhida para guiar este trabalho é a Análise de Conteúdo, conforme a aplicação feita pela professora de psicologia docente na Universidade de Paris V, Laurence Bardin.

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações. (Bardin, 2011, p. 37)

A autora francesa defende que a análise precisa partir da observação criteriosa do objeto de estudo, e antes mesmo disto, a definição do material a ser minuciosamente analisado, neste caso, todos episódios do podcast Terras de Sangue, totalizando seis áudios de duração variada. Bardin ainda compara que o analista é como um arqueólogo, pois trabalha com vestígios (2011, p. 34).

Um dos pontos enfatizados por Bardin é a necessidade de organização, que chama de pré-análise, quando é preciso estabelecer um primeiro contato com o objeto de estudo, o que neste trabalho foi uma escuta atenta dos seis episódios do podcast, com anotações tomadas, mas ainda sem estruturação e objetivos específicos.

Bardin ainda reforça que: “Os documentos retidos devem ser homogêneos, quer dizer, devem obedecer a critérios precisos de escolha e não apresentar demasiada singularidade fora destes critérios de escolha” (2011, p. 91). Por se tratar de apenas seis episódios, foi da escolha desta autora que o podcast fosse analisado em sua totalidade.

A Análise de Conteúdo prevê que exista um código, neste caso o formato de áudio podcast e também se faz necessário que existam regras que guiem a análise, para que ocorra de maneira objetiva e prevendo o rigor de exploração de detalhes que tornará as inferências mais completas e produtivas. Isso serve para que as análises tenham um ponto em comum e possam ser relacionadas e comparadas entre si, apesar das diferenças.

Para Bardin (2011, p. 133), o processo da decodificação é classificado como "uma transformação dos dados brutos do texto por recorte, agregação e enumeração, que permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão". Neste trabalho, o objeto de análise é no formato de áudio, e os dados brutos, o podcast será sumarizado - de forma abrangente e não simplista, ressaltando as falas mais interessantes - em texto, antes das inferências por categorias, para que o leitor tenha um entendimento panorâmico do que é dito em cada episódio.

Para esta etapa, de acordo com a metodologia explicada acima, foram criadas categorias para guiar a pesquisa e estabelecer conclusões, que serão detalhadas no capítulo seguinte. Estas categorias que, segundo Bardin (2011, p.147): "reúnem um grupo de elementos sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos". São elas: Assunto, Fontes e Propósito. Esta categorização permite que os episódios, por mais diferentes que sejam entre si, sejam observados partindo de um mesmo critério, assim havendo uma uniformização da análise.

O corpus da pesquisa soma ao todo 2 horas, 20 minutos e 53 segundos de material para análise, sendo composto pelos episódios:

Episódio 1: O que vi e senti na guerra entre Israel e Hamas, por Rodrigo Lopes (31'22'')

Episódio 2: O que explica o conflito entre Israel e Palestina (18'14'')

Episódio 3: O panorama atual da guerra e as perspectivas de paz, com Guilherme Casarões (27'04'')

Episódio 4: As regras e os crimes de guerra: Israel x Hamas no Direito Internacional (26'40'')

Episódio 5: O que é antissemitismo e por que aumentou desde os ataques de 7 de outubro a Israel (11'24'')

Episódio 6: As origens históricas da islamofobia e como o preconceito se manifesta no Brasil (18'28'')

4.2. A ANÁLISE DOS EPISÓDIOS

Antes de apresentar cada episódio e as análises específicas, e depois gerais, do programa Terras de Sangue como produto completo, é preciso adentrar o contexto da criação deste podcast. A cobertura massiva do Grupo RBS sobre a região da Faixa de Gaza iniciou a partir do dia 7 de outubro de 2023, quando houve uma grande ação perpetuada pelo grupo político e militar Hamas, justificadas como um contra-ataque às violências sofridas pelo povo palestino desde antes mesmo da criação de Israel, em 1948.

A seguir, as análises de cada um dos seis episódios, para que se entenda quais os assuntos tratados no programa, quais as fontes trazidas e quais os propósitos do podcast. Após, serão elaboradas as inferências gerais, a partir das categorizações.

4.2.1. Episódio 1: O que vi e senti na guerra entre Israel e Hamas, por Rodrigo Lopes

O episódio de estreia do programa inicia com nove segundos de áudios de gritos, barulhos e o que dá a entender que seria uma confusão em massa, em algum idioma da região de Gaza. Depois, a voz de Rodrigo Lopes abrindo o episódio com “breaking news ao vivo” falando que a informação é que o Hamas está atacando Israel.

Há mais de vinte segundos de colagens de áudios sobrepostos uns aos outros e em seguida, a voz de um apresentador anunciando a ida do enviado especial a Israel.

Rodrigo explica o itinerário a ser seguido a partir de Porto Alegre e a apresentadora Giane Guerra pergunta a ele onde o colega está no momento. Há uma trilha e somente aos 1'20" o podcast começa com a gravação e o relato do jornalista. O que foi escutado antes disso, eram apenas recortes de inserções na Rádio Gaúcha. Essas inserções preparam o ouvinte para entender que este será o modelo do programa, com grande parte do roteiro composto por entradas ao vivo na rádio, uma parte gravada no local, outra parte em estúdio, e as entrevistas gravadas também em estúdio, presencialmente ou online.

O jornalista aborda suas questões pessoais, como o medo de sofrer algum tipo de violência, ou ser impedido de fazer seu trabalho, e outros sentimentos durante sua ida a Israel, em 9 de outubro, para cobrir os ataques do Hamas e os ataques de Israel. Durante todo o processo, inclusive dentro do avião, entrou ao vivo na Rádio Gaúcha, com recurso de vídeo também, de Tel Aviv e Sderot. De carro, cruzou a fronteira com a autorização das autoridades israelenses, conhecidas por suas divergências com o trabalho de jornalistas. Ele comenta sobre as preparações no hotel em que ficou hospedado, em Tel Aviv, as dinâmicas das sirenes e dos bunkers (em todos andares).

Durante a duração do programa, o enviado especial enfatizou a categorização dos militantes do Hamas como terroristas. Ele relata a fuga dos colonos moradores de Sderot para outras cidades ou países. Ele viaja para a fronteira com o Líbano e cita a “guerrilha” Hezbollah e as cidades também foram evacuadas. Saiu do local ao ter escutado tiros e foi mais ao sul, longe da fronteira. Ele confessa: “Eu não sei como as pessoas vivem tão perto de Gaza, e como se acostumaram com essa rotina, os israelenses confiam muito no seu sistema antimíssil”.

O repórter demonstra constante empatia pelos israelenses, além de relatos “do horror visto e sentido”. Fala como os locais eram calmos e bonitos. Além de comentar que viajou a certos locais em um “tour” programado pelas autoridades israelenses e reforça o que categoriza como “tamanho demonstração de horror”.

Lopes diz que passou um dia na casa de uma família de gaúchos, que mostra o bunker da casa, e o jornalista ainda fala que todas as casas de Israel precisam ter um “quarto seguro”. Acrescenta que os bunkers comunitários também têm brinquedos, banheiros e outros recursos de conforto.

Ele relata: “Ao longo desses dias, eu ouvi muitas histórias muito tristes. Em Sderot, por exemplo, uma das poucas moradoras que havia ficado na cidade me contou que a vizinha dela grávida teve o feto arrancado da barriga pelos terroristas”, sem que haja confirmação da suposta vítima, ou até mesmo das autoridades, apenas um relato que não se sabe se é real e a fonte não foi identificada nem com o primeiro nome, ou idade, ou há quanto tempo mora no local.

O jornalista ainda traz como fonte um porto-alegrense morador de Israel há mais de uma década, com cidadania, que foi convocado como reservista das Forças de Defesa de Israel (IDF) que deseja que venha a paz e “a gente vença essa guerra assim como outras”. Ele ainda comenta que a IDF mobilizou uma “força descomunal” de mais de 350 mil reservistas - sionistas espalhados pelo mundo - para caçar o Hamas por incursão terrestre.

Para finalizar, Rodrigo Lopes, com o fundo de uma trilha dramática, fala que o podcast vai relatar a sua viagem de 15 dias para Israel - lembrando que o jornalista não vai a Gaza - e reforça que os acontecimentos têm causas antigas e que necessitam de contextualização. Ainda avalia que se existe a possibilidade de uma terceira guerra mundial, começaria no Oriente Médio. Ainda faz uma chamada para o próximo episódio, com a finalidade de contextualização dos conflitos, e trata de diferenciar Israel (país) x palestinos (povo). Por fim, dá os créditos aos colegas, Eduardo Chaves, produtor, e Rafael Lindemann no desenho de som.

O episódio “O que vi e senti na guerra entre Israel e Hamas, por Rodrigo Lopes”, com duração de 31’22” foi o primeiro do programa Terras de Sangue. O principal diferencial deste episódio em relação aos outros foram os relatos in loco durante a viagem do jornalista a Israel.

O tom utilizado na narração e na edição foi dramático. “Foi o maior ataque terrorista da história de Israel. O que eu vi, e principalmente o que senti naqueles dias, é o tema do podcast Terras de Sangue”. E ainda comparar com outros locais que já cobriu anteriormente: “As marcas nas casas eram de ódio puro. Eu já estive em outras zonas de guerra, na Ucrânia, no Líbano, na Líbia, mas eu acho que eu nunca tinha visto tamanha demonstração de terror”.

A partir da exposição do episódio, vamos compreender como se dá o enquadramento do conteúdo nas categorias de trabalho apresentadas anteriormente.

ASSUNTO

O assunto deste episódio de estreia é a narração da viagem do enviado especial e colunista/comentarista de política nacional e internacional do Grupo RBS, Rodrigo Lopes, com algumas informações fontes de pesquisa e entrevistas, mas a maior parte é uma narração *in loco* e também recortes de inserções ao vivo na Rádio Gaúcha.

Entende-se que um podcast - diferentemente da rádio, que não há como adiantar, tornar a fala mais rápida ou pausar e voltar em outro momento, então a pessoa precisa continuar ouvindo se quiser a informação - necessita captar rapidamente a atenção do ouvinte, e mantê-lo com interesse até o final do episódio, neste caso, até o final do programa. Portanto, é justificável e até interessante o uso de recursos como áudios do local, as mudanças de ambiente promovidas por adequações sonoras. Isso dá dinamismo para o episódio.

Contudo, há muitos recortes de entradas ao vivo na Rádio Gaúcha. Até mesmo com trechos dos colegas o chamando, deixando exposto que foi um recorte da rádio. Não fica claro para o ouvinte qual a intenção de manter as chamadas que os colegas fazem à Rodrigo, pode-se inclusive entender como uma autopromoção da empresa, ao reforçar que tratou esta cobertura em Israel como alta importância, por levar um jornalista especializado para cobrir os ocorridos por duas semanas.

FONTES

O próprio enviado especial é uma das fontes principais, ao narrar o que vê, vive e sente durante sua viagem, o que dá um tom pessoal e emotivo ao episódio. Pode inferir-se que a objetividade dos fatos não é seu propósito e nem da linha editorial da cobertura. Há muitas fontes indiretas que podem ser percebidas, as autoridades que permitiram a entrada de Rodrigo, os funcionários do hotel e dos transportes alugados pelo jornalista.

Na realidade, o primeiro áudio que se escuta é de uma fonte não identificada, nem identificável, com falas em um dos idiomas do local sobrepostas entre si, então não há entendimento do que é falado, mas há uma sinalização de algum tipo de confusão. Depois, outros áudios de rádios e telejornais, não identificados, noticiando o ataque do dia 7 de outubro.

Há também as entrevistas realizadas em Israel. Sem identificação, Rodrigo relatou a fala de uma moradora do local sobre a vizinha grávida, conforme abordado em detalhes acima. Também encontrou uma família de gaúchos, um homem, uma

mulher e seus dois filhos. Além do ex-morador de Porto Alegre reservista convocado pela IDF que é cidadão de Israel e já havia servido no exército local.

Não ficou claro, ao escutar, se as fontes haviam sido contatadas previamente e as entrevistas já estavam marcadas nesta viagem de Rodrigo, mas supõe-se que as fontes brasileiras foram escolhidas previamente.

PROPÓSITO

Este episódio do podcast não pode ser categorizado como notícia, visto que foi publicado a partir de novembro, um mês após os acontecimentos de 7 de outubro de 2023. O serviço que o episódio parece almejar é oferecer uma análise do jornalista internacional com base na sua vivência de duas semanas em Israel, Também há algumas explicações generalizadas e rasas, talvez porque o contexto, é o foco do segundo episódio.

Esta análise é feita principalmente com as novas informações de quem vivencia, de uma forma controlada e segura, uma zona de guerra. O próprio Rodrigo Lopes, em certo momento, fala que 98% dos mísseis são abatidos pelo sistema de defesa de Israel, que é em grande parte criado e financiado pelos Estados Unidos - informação disponível em documentos oficiais dos governos e trazida anteriormente neste trabalho, mas não citada pelo jornalista.

Assim como os ataques, tantos os prévios ao dia 7 de outubro de 2023, quanto a grande operação de guerra iniciada após, não são citados pelo jornalista. Ele não comenta sobre as mortes árabes e nem o que o Hamas justificou como motivação para a operação de outubro, ações de praxe no jornalismo, quando os autores reivindicam os acontecimentos e a mídia repercute.

4.2.2. Episódio 2: O que explica o conflito entre Israel e Palestina

O segundo episódio do programa Terras de Sangue tem a proposta de contextualizar o que levou ao ataque do Hamas a Israel em outubro, pois conforme o jornalista já havia antecipado na estreia, é um conflito de décadas, com aproximações e negociações mas também períodos sangrentos.

Os primeiros segundos também são de vozes e o que aparenta ser uma correria, e logo Rodrigo explica que um foguete foi abatido e há 15 segundos para correr para um abrigo. Já dentro do bunker, é possível identificar sons ambiente de

conversas e o jornalista reforça a incerteza, “as pessoas entram aqui e não sabem quanto tempo vão ficar”.

Esta é a abertura do episódio. Logo em seguida, vem a rápida trilha e a voz do enviado especial lembrando o episódio de estreia. Ele reforça que os conflitos ocorrem há muito tempo, e trata, pela primeira vez, o confronto como israelenses x palestinos, povo contra povo. Anteriormente havia usado Israel (estado) x palestinos (pessoas) ou Hamas (grupo político-militar) x israelenses (pessoas).

Ela diz que geralmente se inicia o relato sobre as discordâncias no território a partir da partilha da Palestina (primeira vez que fala Palestina, e como um local). Ele explica pontualmente que isso aconteceu em 1947, pelas Nações Unidas, e dividiu o território em dois, uma parte para os judeus (53%) e outra para os palestinos (47%). Rodrigo, contudo, não cita que as partes não foram igualmente divididas, e nem que os dois lados concordaram com isso.

Mas ele ressalta que antes de explicar esta parte, irá voltar no tempo. O jornalista cita o final do século XIX, quando o território da Palestina era dominado pelo Império Turco-Otomano - momento histórico explicado em detalhes no segundo capítulo deste trabalho. Ele ressalta que existe a questão religiosa, de o Oriente Médio ser berço das três principais religiões monoteístas: o islamismo, o judaísmo e o cristianismo. E ainda, o fato de a região ser um entreposto, um território de convergência entre os continentes África, Ásia e Europa. “E por isso, rota comercial e de disputas geopolíticas mundiais”.

Na continuação do contexto, é relatado que no final do século XIX, o nacionalismo era um movimento político mundial pungente e uma das premissas era de que povos precisavam de estados. Segundo Rodrigo, é o fim dos impérios, e estes uniam diferentes povos sobre o mesmo território. “Aí surge o sionismo, que nada mais é do que o nacionalismo judeu”. Os judeus, em seguida, são retratados como um povo historicamente perseguido em diversos momentos e que sofreram diásporas e pogroms, palavra específica para perseguição a grupos políticos ou religiosos.

O comentarista internacional então aborda o que chama de escândalo ocorrido nos anos 1990, na França - e neste primeiro momento esta parte do episódio parece estar desconexa do restante. Ele conta que um capitão do exército francês chamado Alfred Dreyfus, de fé judaica, foi condenado por traição. Supostamente, ele havia comunicado segredos da França à Embaixada da Alemanha em Paris, e com a pena

de prisão perpétua, ele ficou preso por quase cinco anos. Algum tempo depois, uma carta aberta com defensores de Dreyfus pressionou pela abertura do caso, que acabou por comprovar outra pessoa como culpada.

“Isso tudo exemplificava o quanto os judeus eram vistos com desconfiança. Era o sumo do antissemitismo, preconceito, racismo contra judeus”. Apesar dos minutos dedicados a contação desta história, ainda assim não parece conectar de forma direta com a contextualização anterior. Afinal, o jornalista não apresenta nenhum debate ou evidência sobre o oficial francês ser condenado por ser judeu.

Em seguida, Rodrigo aborda o livro O Estado Judeu, de Theodor Herzl - também já aprofundado no segunda capítulo deste trabalho. Ele explica que a principal ideia do livro era que para criar um estado judeu, seria necessário realizar um congresso sionista formado apenas por judeus, “um lugar seguro”, segundo comentário do jornalista. Em 1897 foi realizado o congresso e foi criada a organização sionista mundial, e Herzl foi empossado presidente.

“O sionismo, a grosso modo, era uma terra para os judeus, Israel”, segundo síntese do comentarista internacional. O narrador então parte para o século XX e aborda a eclosão da Primeira Guerra Mundial, ele cita que a terra da Palestina em breve não faria mais parte do Império Otomano, e que as potências ocidentais já estavam mirando a região, para fins colonialistas. Ele cita a Declaração de Balfour, que é a declaração do governo britânico, em apoio à instalação do ar nacional dos judeus na Palestina, mas com a ressalva de que não deveriam haver prejuízos ao povo nativo daquela terra.

Rodrigo ainda cita que havia um acordo secreto entre os britânicos e os franceses, que dividiram o território entre si, e deixariam a Palestina como território internacional, enquanto aguardavam por votos de outros países. Depois ele comenta que o mundo mergulha em uma depressão, crescem alguns conflitos e eclode a Segunda Guerra Mundial, e com isso, o ápice do nazismo e o Holocausto, que foi a perseguição sistemática de judeus e outras minorias - outro assunto já abordado com profundidade no segundo capítulo.

“Da guerra, não havia mais dúvidas, havia uma dívida moral com os judeus, que tinham o direito a uma terra, e o movimento sionista ajudou milhares deles a migrarem para a Palestina, de várias partes do mundo”. Chegando lá, a terra já estava

ocupada por palestinos e por outros colonos judeus. Após esta explicação histórica, o jornalista internacional retoma a contextualização a partir da partilha da Palestina.

Ele ressalta que além da partilha dual, as cidades de Jerusalém e Belém ficariam como território internacional. ‘Os judeus, graças ao movimento sionista, já estavam organizados, não tinham um estado propriamente dito, mas tinham condições de construí-lo’. Ele prossegue e conta que os estados árabes invadiram o território, que agora estava sendo chamado de Israel.

Os israelenses chamam este período de Guerra da Independência, e os palestinos relembram como Nakba, catástrofe em árabe. Rodrigo avalia que “incrivelmente, Israel ganhou”, contudo, deixa de citar que isso só aconteceu por apoio e financiamento externo, principalmente, dos Estados Unidos. Comenta ainda que mais de 700 mil palestinos “tiveram que deixar suas terras”, e migraram para os países vizinhos, mas deixa de citar, contudo, que isto foi uma ação colonizadora dos sionistas.

“Mas os árabes nunca engoliram a derrota”. Rodrigo então cita as articulações dos países árabes e dos palestinos que foram forçados a migrar de sua terra natal. E Israel, ao perceber as movimentações decidiu “atacar de forma preventiva”, segundo avaliação do comentarista. Foi neste momento, que os colonos israelenses anexaram diversos territórios que não eram seus, de acordo com a partilha. Ele dá ênfase para a tomada de Jerusalém leste, onde fica o muro das lamentações, sagrado para os judeus, e a mesquita Domo da Rocha e a Al-Aqsa, local sagrado para os muçulmanos.

Ele ainda cita de forma pontual a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e Yasser Arafat. Ressalta que “Dá pra ter uma ideia do problema né, os árabes, os muçulmanos em geral, nunca engoliram”. Comenta também a invasão israelense ao Líbano, com fins de expulsar a OLP, além do sentimento crescente de necessidade de terra por parte dos palestinos. Aborda também os Acordos de Oslo.

Em seguida, explica brevemente a criação do Hamas: “O Hamas defende uma versão fundamentalista do islã, propaga por meio da luta armada, do horror, o fim de Israel”. Aqui, mais uma vez se percebe as opiniões de Rodrigo Lopes sendo mais relevantes do que a contextualização histórica. Novamente, emite análise com sua visão ao falar de ações terroristas do Hamas ocorridas em Israel. Depois, contextualiza que o Hamas se torna a maior força política dos palestinos ao vencerem as eleições. Em seguida, faz a chamada do episódio seguinte.

“Episódio 2: O que explica o conflito entre Israel e Palestina”, com duração de 18’14” foi o segundo episódio do programa Terras de Sangue. O principal diferencial deste episódio em relação ao anterior é que apresenta uma análise e uma contextualização histórica, ainda que limitada, dos conflitos na região do Oriente Médio, especificamente na terra da Palestina, e quando e como foi colonizada e denominada como Israel.

ASSUNTO

O assunto deste episódio é a explicação dos conflitos históricos entre os palestinos e os israelenses, conforme já comentado no episódio anterior, que foi predominantemente um relato da viagem do jornalista Rodrigo Lopes a Israel. A intenção seria fornecer ao ouvinte uma panorama geral da situação, desde antes do início oficial, em 1947.

São fornecidos muitos nomes, datas e contextos geográficos e políticos, ainda que de maneira superficial. O tempo utilizado pelo jornalista para contar a história do oficial francês não tem conexão clara com o assunto do episódio, esses minutos poderiam ter sido utilizado para abordar mais as questões políticas, os grupos que vieram antes do Hamas, os crimes também cometidos por Israel, e o financiamento do sionismo pelos Estados Unidos, algo vastamente documentado, mas não citado pelo jornalista.

Rodrigo Lopes também aparenta legitimar as ações sionistas com suas falas, algumas já citadas acima. Os processos para a criação de Israel não são considerados violentos pelo narrador, apesar de terem expulsado mais de 700 mil pessoas de seus lares. Já a existência do Hamas é classificada como criminosa, que se mantém por meio do “horror”.

Estas diferenças no tratamento entre um lado e outro, para o ouvinte desatento ou que desconhece as lutas no território da Palestina, podem não ser perceptíveis. Assim como fatores importantes na história do território que foram abordados de maneira superficial, o que causa estranhamento pois o propósito do episódio seria oferecer uma panorama geral e histórico, em uma mídia de fácil narrativa, pois dificilmente uma coluna com toda esta contextualização seria produtiva do ponto de vista de ter acessos e leituras.

FONTES

As fontes utilizadas são em grande maioria pesquisas e repertório dos anos de estudos internacionais e coberturas do jornalista. Certamente livros, artigos, notícias de diferentes mídias e outras fontes foram utilizadas para auxiliar na robustez do conteúdo, mas não foram creditados de forma direta. Com exceção do livro que deu início oficial ao sionismo, de Theodor Herzl.

Há ainda diversos áudios também não contextualizados, sem que se saiba quem disse e em idiomas não necessariamente compreendidos pelo ouvinte brasileiro. A única sonora que se entende quem fala, é uma de Hitler, inserida quando o jornalista fala do Holocausto, tema que foi abordado superficialmente neste episódio do podcast, talvez porque o episódio cinco tem a proposta de aprofundar o assunto do antissemitismo - mas na postagem do terceiro episódio, o ouvinte não sabia disso.

Há ainda mais quatro sonoras sem os créditos e tradução, uma durante a anúncio da partilha da Palestina, outra em hebraico proclamando algo sobre Israel, um trecho inserido logo após o jornalista comentar sobre os Acordos de Oslo, e ainda mais sons de guerra, sem falas compreensíveis.

PROPÓSITO

Este segundo episódio tem como propósito explicar o conflito entre Israel e Palestina. Para isso, o jornalista leva o ouvinte a uma viagem no tempo, desde antes da criação de Israel. Ele aborda o Império Otomano e sua queda, a Primeira Guerra Mundial, a colonização da Palestina pela Grã-Bretanha, a Segunda Guerra Mundial e os diversos acordos até a partilha da Palestina. Mas tudo isso, em 18 minutos, é feito de maneira superficial e alguns pontos, com falta de contextualização e detalhes.

Notícias não fazem parte do episódio, o que está em congruência com sua proposta, de explicar o que já aconteceu e é documentado vastamente. Análises, entretanto, são perceptíveis durante todo o episódio. O jornalista falha em oferecer um panorama completo de informações e detalhes relevantes, e transparece sua inclinação a partir da escolha de palavras, e com o tempo empregado para explicar o lado dos israelenses sendo mais contextualizado do que a explicação sobre a luta palestina.

4.2.3. Episódio 3: O panorama atual da guerra e as perspectivas de paz, com Guilherme Casarões

A primeira coisa que se escuta é uma colagem de mais de 40” de diferentes gravações de discursos, que a julgar pelas falas e sotaques, seriam dos líderes da Palestina, de Israel e Estados Unidos - depois, descobre que eram Yasser Arafat, Yitzhak Rabin e Bill Clinton, respectivamente. Logo após, Rodrigo Lopes cita que os Acordos de Oslo pareciam ser um sinal de encaminhamento para a paz, mas foram apenas isso, pois não houve aplicação concreta.

“A questão dos refugiados palestinos, a contínua ampliação das colônias judaicas na Cisjordânia, o terrorismo de grupos fundamentalistas como o Hamas inviabilizam a convivência entre dois estados legítimos”. O jornalista comenta que o episódio tem a intenção de contextualizar o conflito, e por isso, foi convidado como fonte o doutor e mestre em ciência política pela Universidade de São Paulo e mestre em Relações Internacionais pela Universidade Estadual de Campinas, Guilherme Casarões.

Logo em seguida, inicia-se a entrevista - e é possível perceber, pela qualidade do áudio e também por barulhos de notificações em computadores, que foi realizada de forma remota - e Rodrigo pergunta sobre os Acordos de Oslo e as perspectivas do futuro, e ainda comenta que uma paz ainda parece um termo muito distante da realidade. O entrevistado avalia que esta época é o que considera o mais próximo que houve de uma espécie de entendimento entre os dois povos, apesar das inúmeras e profundas diferenças.

O acadêmica conta que não gosta de abordar o conflito por suas diferenças e motivações religiosas, mas sim como dois movimentos nacionalistas, um judaico e um palestino, que enxergam o território como parte de suas reivindicações como povo. Ele volta aos Acordos de Oslo e avalia que até chegar neste ponto de quase entendimento, houve quatro guerras entre os israelenses e os árabes.

Guilherme ressalta ainda a importância da figura dos grandes líderes da época: Yasser Arafat, o mais famoso líder palestino e presidente da OLP e Yitzhak Rabin, considerado o último grande primeiro-ministro trabalhista de Israel. As lideranças estavam a frente, ainda que guiadas pelos Estados Unidos, das aproximações e deslocamento de um estado palestino da ocupação israelense para a Cisjordânia.

Apesar disso, o que o estudioso chama de “pontos espinhosos”, ficam ausentes da análise, como o que fazer com a cidade de Jerusalém, com os assentamentos

ilegais sionistas, com movimentos violentos, a vontade de conceder um novo estado palestino, desde que desarmado, dentre outras questões.

“Qual foi o problema concreto? O problema concreto é que Yitzhak Rabin, que viabilizou este acordo do lado israelense, foi assassinado. E não por um palestino, mas por um judeu ultranacionalista”. E, desta forma, acaba com as perspectivas imediatas de acordos entre as lideranças dos dois povos. Rodrigo então questiona se o especialista acredita que a morte de Rabin fez toda a diferença.

Ao que Guilherme responde que não deve se colocar todo o peso de uma negociação nas costas e como mérito de uma só figura, mas que sim, provavelmente teria ocorrido a conclusão das medidas negociadas. “A interrupção violenta e surpreendente dessas negociações com a morte do Rabin, meio que colocaram a sociedade israelense em uma situação de paralisia”.

E curiosamente quem foi eleito em seguida, em 1996, foi Benjamin Netanyahu - atualmente neste cargo - do partido de direita conservadora e oposição aos trabalhistas, Likud. E uma de suas promessas políticas era inviabilizar todos os acordos que haviam sido atacados na busca de paz entre os dois povos. Guilherme ressalta ainda que mesmo atualmente, décadas depois, ainda há muita discordância entre os israelenses sobre a legitimidade da criação de um novo estado palestino, visto que o antigo foi ocupado pelos sionistas.

“Não é consenso dentro de Israel, e sendo Israel uma democracia, isso se torna ainda mais grave porque o sistema político israelense de alguma forma reflete este ceticismo, essa frustração e essa, até indiferença em relação à causa palestina, dentro da sociedade de Israel, que foi caminhando cada vez mais para uma posição muito conservadora. E hoje, a gente está falando efetivamente de um governo de extrema direita”, analisa Guilherme.

Ele continua explicando os desdobramentos pós morte do líder de Israel, e com isso, o líder palestino, Yasser Arafat também não conseguiu dar continuidade aos processos de negociações. Ressalta ainda que no final da gestão estadunidense de Bill Clinton, o presidente tentou uma última negociação, os acordos de Camp David, mas também não houve sucesso.

Contextualiza ainda, que apesar de Arafat ser considerado um grande líder e importante porta-voz palestino, tratou as conversas entre os países de maneira pouco coletiva. Com o tempo, sua legitimidade foi sendo, aos poucos, corroída, por não

conseguir se impor e apresentar soluções dignas para seu povo. Depois de sua morte em 2004, o mais próximo que se chegou de uma nova aproximação foi em 2008, pelos respectivos presidentes, mas novamente, não houve solução implementada.

Rodrigo então pergunta especificamente sobre perspectivas de um pós-conflito em Gaza. Antes, Guilherme respondeu sobre o panorama anterior ao dia 7 de outubro, de turbulência política com cinco eleições em quatro anos em Israel - inclusive com a saída e volta de Netanyahu ao poder - e inúmeras manifestações contra o governo. E do lado palestino, segundo o especialista, também havia insatisfação dos palestinos com a Autoridade Nacional Palestina e com o Hamas, por falta de resultado para o povo.

O entrevistado ainda ressalta algumas vezes uma questão que Rodrigo Lopes não abordou nos dois últimos episódios, o grande envolvimento dos Estados Unidos em toda a situação do Oriente Médio, e principalmente, sua proximidade com Israel. Mais recente e explicitamente no governo Donald Trump, que fez acordos para que países árabes reconhecessem Israel, o que aumentou as tensões do Hamas.

Voltando ao assunto dos ataques mais recentes, realizados tanto pelo Hamas quanto pela IDF, Guilherme fala de um cessar fogo sendo negociado na época da postagem do podcast, em dezembro de 2023, contudo, rapidamente ficou claro que as forças israelenses não respeitarem nem este, nem outros acordos de não violência.

Em certo momento, por volta dos 20', há uma sonora em volume baixo do que se entende como homens falando em algum contexto de atentados ou algum tipo de perigo, mas isso acontece no meio da fala do entrevistado, sem que haja contexto, o que parece ser algum tipo de equívoco na edição do episódio. Isso ainda causa estranhamento, pois nos podcasts, não se coloca nenhuma trilha atrás da fala do entrevistado, quando há, é durante a narração, e sonoras são utilizadas sem outros sons ao mesmo tempo.

O internacionalista ainda comenta um pouco sobre o Catar, e também sobre sua emissora, financiada, em parte, pelo estado, a Al Jazeera, já brevemente contextualizada anteriormente neste trabalho. “E é no Catar, em que as fichas hoje, tanto de Israel quanto dos palestinos, estão sendo apostadas, como forma de encaminhar, para que desta trégua que a gente está vendo neste momento, saia dali a retomada das negociações bilaterais”. Esta trégua, contudo, não ocorreu, pois Israel

continuou com seus ataques terrestres e aéreos por mais de oito meses, após o dia 7 de outubro de 2023.

Rodrigo então encaminha o final do episódio e pede por uma última explicação, sobre o Irã e seu envolvimento com a região vizinha. Ao que o pesquisador responde que o Irã é um aliado do Hamas, e construiu, ao longo dos anos, uma rede de contatos no Oriente Médio, e tem como inimigo declarado Israel. Ainda pincela a questão religiosa, pois o Irã é xiita - vertente ortodoxa do islamismo, e influencia uma maioria no Iraque e na Síria, além do grupo libanês Hezbollah.

Ele ainda comenta, o que na época do episódio está acontecendo, que era a espera dos países vizinhos, de ver como a situação se desenrolaria. E hoje sabemos que Israel dizimou a Faixa de Gaza, e o Irã e o grupo Hezbollah se solidarizaram com os palestinos e também enviaram forças armadas para ajudar a combater a IDF.

Rodrigo então agradece e se despede e convida o ouvinte a “se estiver gostando”, escutar o primeiro episódio, da sua experiência como enviado especial pelo Grupo RBS a Israel, e o segundo episódio, com as explicações das tensões históricas.

“Episódio 3: O panorama atual da guerra e as perspectivas de paz, com Guilherme Casarões”, com duração de 27’04” foi o terceiro episódio do programa Terras de Sangue. O diferencial deste episódio em relação ao anterior é que apresenta pela primeira vez, há uma entrevista agendada com especialista - as outras entrevistas foram com sionistas ainda em Israel - e Rodrigo atua como entrevistador, e não mais como repórter e analista.

ASSUNTO

O assunto deste podcast foi o panorama atual das ações políticas e militares na Faixa de Gaza - principalmente, mas também na Cisjordânia - e também contextualizações históricas, mas diferentemente do episódio passado, as explicações e análises vieram de um estudioso do tema, em seus muitos diplomas, e não mais do próprio apresentador.

Por meio da entrevista, Rodrigo pergunta sobre questões complexas, como os Acordos de Oslo, assunto que o entrevistado passa bons minutos explicando, de forma didática e com seus devidos detalhes, como os nomes dos líderes palestino e israelense da época. O especialista ainda diverge de Rodrigo no ponto religioso, que

o jornalista reforçou enfaticamente nos episódios, mas Guilherme disse não gostar de abordar o conflito sobre essa ótica, pois há muito mais do que isso.

Pela primeira vez no programa, as questões internas de Israel são abordadas, principalmente o extremismo crescente de direita, com Benjamin Netanyahu ainda nos anos 1990, logo após o assassinato do líder israelense ser cometido por um extremista judeu. É notável a diferença da qualidade das explicações oferecidas por Rodrigo no último episódio, rasas em pontos importantes e alongadas em outros menos relevantes, e a análise ampla e detalhada do entrevistado deste episódio.

FONTES

Para este terceiro episódio, o jornalista traz o convidado Guilherme Casarões, doutor e mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, mestre em Relações Internacionais pela Universidade Estadual de Campinas, especialista em História e Culturas Políticas pela UFMG e graduado em Relações Internacionais pela PUC de Minas Gerais, com o objetivo de analisar a conjuntura atual e as perspectivas de paz entre israelenses e palestinos. O entrevistado também já foi “visiting fellow” da Universidade de Tel Aviv em 2011, e tem um capítulo de livro publicado sobre a política externa de Benjamin Netanyahu.

Esta foi, basicamente, a única fonte apresentada neste episódio, visto que a proposta era justamente ouvir um especialista no tema. Mas também é preciso lembrar que por a entrevista não ser ao vivo, durante a edição do programa, pode-se fazer cortes nas falas do entrevistado. Ao olhar suas redes e trabalhos publicados, além de grupos de pesquisa dos quais é filiado, as respostas de Guilherme no podcast parecem de alguma forma comedidas. Mas a escolha da fonte parece acertada, já que a fonte demonstra domínio do assunto, fluxo de resposta e didática, além de aprofundamentos necessários e não apresentados no episódio anterior.

PROPÓSITO

Oferecer o panorama dos conflitos bélicos e as atualizações políticas do momento, em dezembro de 2023, dois meses depois do ataque do Hamas a Israel, que logo deu início a dizimação de Gaza por incursões terrestres e bombardeios das Forças de Defesa de Israel. Isto feito de maneira mais profissional e mais conhecida ao público, entrevistando um especialista no tema, e não uma narração do próprio apresentador do programa.

O que pode levar o ouvinte a se perguntar o porquê do episódio anterior, que ofereceu um fortemente objetivo panorama sobre o problema, em um episódio de nem vinte minutos. Este episódio parece cumprir seu propósito, ao menos naquele contexto, pois muitas das previsões de Guilherme foram concretizadas e outros pontos que ele comentou também foram relevantes.

Em suma, o episódio é uma predominantemente uma análise especializada do panorama do território da Palestina, com ênfase nas repercussões e possíveis desdobramentos, e uma volta no tempo e contextualização histórica, com ênfase nas perspectivas de paz, que quase foram alcançadas nos anos 1990. Não há novas notícias oferecidas no episódio, mas muitas explicações novas e não oferecidas até então no programa.

Este terceiro episódio, talvez por seu tema abrangente e boas explicações, foi o mais escutado do programa, ao menos na plataforma oficial onde GZH e Rádio Gaúcha hospedam seus conteúdos, o Soundcloud. Desde a publicação, até o dia 25 de junho de 2024, somam-se 262 reproduções.

4.2.4. Episódio 4: As regras e os crimes de guerra: Israel x Hamas no Direito Internacional

O quarto episódio do podcast Terras de Sangue inicia com Rodrigo Lopes anunciado que “hoje vamos abordar um tema polêmico, que é o direito internacional”. Em seguida chama a entrevistada, Tatiana Squeff, professora e doutora em Direito Internacional na UFRGS. Diferentemente do convidado anterior, Tatiana foi presencialmente à sede da RBS, em Porto Alegre. Primeiramente Rodrigo pede que ela explique o que é direito internacional e como as Convenções de Genebra entram neste contexto.

Ela explica que o direito internacional é um conjunto de regras aplicáveis a todos os países, e conseqüentemente também às pessoas dentro desses estados. Isso iniciou formalmente após a Segunda Guerra Mundial, quando foi formulado um conjunto de regras denominadas como Direito Internacional Humanitário, ou Direito da Guerra.

O objetivo era que isso fosse seguido durante conflitos armados para que não houvesse derramamento de sangue e violência exageradas. Ela então comenta sobre

as Convenções de Genebra, com suas explicações das permissões e impedimentos durante guerras e ataques, além de enfatizar os direitos das populações nestes cenários de violência. Rodrigo então pede para que a professora explique rapidamente ao público quais são as quatro convenções de Genebra.

“A primeira fala sobre as pessoas doentes em terra, a segunda sobre os feridos no mar, a terceira sobre os prisioneiros de guerra e a quarta, aqui para o nosso debate a mais relevante, fala sobre os civis durante um conflito armado”. Ela ressalta que soldados, seja de países ou de grupos militares, não se enquadram nesta descrição, é aplicável apenas aos civis, que em muitos contextos, para fins de dramatização, são chamados de inocentes.

Em seguida, Rodrigo Lopes elabora uma pergunta por mais de um minuto, falando que o Hamas se aproveita dos civis palestinos e nesses casos, seria difícil de identificar quem é civil e quem é combatente. A doutora então explica que a convenção aborda como seria possível identificar os combatentes, que seriam pessoas abertamente armadas e com vestimentas características, não necessariamente uma farda, mas algum tipo de detalhe de identificação.

Ela ainda aprofunda sobre especificamente o Hamas. Pois forças beligerantes são geralmente parte de um estado, um país, e algo regulamentado, e o Hamas não seria isso. Mas por serem a autoridade eleita em Gaza, são sim considerados beligerantes, mas não por Israel, e isso torna mais difícil as aplicações do direito internacional.

Rodrigo então pergunta sobre como responsabilizar o Hamas e Israel pelos ataques e crimes de sequestros, claras violações do direito internacional, o qual Israel, assim como seu parceiro Estados Unidos, não reconhece como válido. A professora ressalta que é diferente os modos de proceder a responsabilização de uma nação e de um indivíduo. “A gente poderia tentar responsabilizar Israel pelo cometimento de violações ao direito humanitário. No sentido de bombardear um hospital, atacar um campo de refugiados, atacar o pessoal da mídia... Mas para isso precisaria de um outro país levando Israel ao tribunal da ONU, que é a Corte Internacional de Justiça. O que foi feito pela África do Sul após o episódio, já neste ano de 2024.

Já para responsabilização de pessoas, o processo acontece no Tribunal Penal Internacional, em Haia, na Holanda. Isso acontece sob duas condições: pessoas nativas de países que tenham assinado o Estatuto de Roma, ou que os crimes tenham

sido cometidos em um território que assinou o mesmo documento. “Israel não é parte do Tribunal Penal Internacional, ou seja, pelo critério de nacionalidade, um israelense não poderia ser levado ao tribunal. Mas pelo local do crime, a gente poderia, eventualmente, levar, porque a Palestina ratificou o Estatuto de Roma”. Ela reforça que presidentes, primeiros-ministros e outras autoridades não têm imunidade perante este tribunal.

O próximo foco da conversa é o deslocamento forçado de populações, exemplificado por Rodrigo a partir da ordem israelense para que a população de Gaza fosse para o Sul, pois iniciaria a incursão terrestre pelo Norte - o que com o tempo foi possível observar que estas “zonas seguras” não foram respeitadas. A professora ressalta que refugiados ainda não seria o termo certo quando a migração forçada acontece dentro do próprio território, mas deveriam ser denominados como deslocados. Ela reforça também que é convencional que hospitais, escolas, ambulâncias, veículos de socorro, prédios da mídia e outras entidades civis não podem ser alvo, o que Israel não respeitou - como se sabe atualmente que não há mais nenhuma universidade em Gaza em pé, todas foram bombardeadas.

Segundo as regras do direito, também seria adequado anunciar o ataque, para que os civis possam se deslocar para longe, e ainda, justificar o motivo do ataque. Ela reforça ainda que isso está sendo observado em locais civis, o que é uma irregularidade cometida por Israel. Rodrigo Lopes, então, ressalta que Israel afirma que os soldados do Hamas utilizam as instalações civis como infraestrutura do grupo - algo que até agora não foi comprovado.

Rodrigo então pergunta sobre como constituir um estado se a Cisjordânia é uma “colcha de retalhos” porque existem os assentamentos israelenses no território palestino. Ao que a professora responde afirmando que do ponto de vista internacional, sob a chancela da ONU, os assentamentos sionistas são ilegais, assim como a construção de barreiras físicas como os muros e os chamados “checkpoints”. Ela ainda relembra que na construção do estado de Israel, o que era pra ser o estado palestino ficou para ser acertado mais tarde, e nunca aconteceu, o que gerou, como ela comenta, a guerra dos seis dias, nos anos 1960.

Ressalta ainda que o Brasil reconhece as antigas fronteiras, antes da guerra dos seis dias, quando muitas terras foram ilegalmente anexadas por Israel. Ela cita ainda que, sob o ponto de vista da ONU, a Palestina é considerada um estado

legítimo, ainda que não fosse um membro oficial da ONU na gravação do podcast - mas em 10 de maio se tornou candidato a membro votante, tendo uma cadeira no órgão internacional, mas, por enquanto, sem direito a votos.

“O que a gente visualiza hoje é uma contínua expansão do estado de Israel para a Cisjordânia, que acaba sendo irregular e isso prejudica a paz na região”. E a doutora e professora reforça que os deslocamentos forçados que os palestinos sofrem são crimes contra a humanidade, então poderia-se levar uma autoridade, como o Netanyahu, para ser julgado.

Para finalizar, pela primeira vez o apresentador fala sobre os termos de limpeza étnica e genocídio, e pergunta a convidada, se isso se enquadraria na situação da Palestina. Ela é um pouco vaga ao responder: “Pode estar acontecendo um genocídio na medida em que a gente tem um enfoque do estado israelense na população palestina, e isso poderia fazer com que a gente tivesse esse crime sendo cometido”. Além dos outros crimes contra a humanidade, como foco em edificações civis coletivas, homicídio, tortura, deslocamento populacionais, bloqueios a água e comida, além de outros auxílios básicos, estes todos comprovadamente cometidos por Israel.

“Episódio 4: As regras e os crimes de guerra: Israel x Hamas no Direito Internacional”, com duração de 26’40” foi o quarto episódio do programa Terras de Sangue. Assim como o anterior, este episódio traz uma convidada especial, uma especialista no assunto - e Rodrigo atua como entrevistador, e não mais como repórter e analista, apesar de fazer algumas análises em suas alongadas perguntas.

ASSUNTO

O tema deste episódio é o direito internacional, as violações às convenções mundiais e as infrações aos direitos humanos, e as explicações sobre este assunto, focadas na região do conflito abordado neste podcast, entre Israel e Palestina, são realizadas por meio de entrevista do apresentador com a doutora e professora no tema, Tatiana Squeff. A especialista consegue descrever com bastante clareza as diferentes nomenclaturas que compõem o direito internacional, passando por conceitos e aplicações na vida real, com diferentes casos citados como exemplo.

Por meio das perguntas do apresentador, a professora explica e depois apresenta como tal descrição se encaixa na situação dos israelenses e palestinos, ressaltando as diferenças entre responsabilizar um país, Israel, e responsabilizar um grupo político-militar, o Hamas. Ainda, pela primeira vez no programa, foi dito que

Israel viola muitos direitos humanos, com diversos exemplos, e não apenas com os ataques a partir do dia 7 de outubro, mas também com os assentamentos de colonos israelenses, que são ilegais, mas acontecem há décadas.

De um ponto de vista bastante técnico, este simples episódio - sem recursos de sonoridade históricas nem momentos dramáticos como os anteriores - elucidou muitos pontos em relação às ilegalidades cometidas na Faixa de Gaza e Cisjordânia. E apesar do apresentador reforçar o foco no Hamas ser um grupo terrorista, a convidada deu exemplos muito claros de como Israel viola constantemente os direitos humanos, sem punição, e sob justificativas falhas e sem comprovação de veracidade.

FONTES

A entrevistada deste episódio é Tatiana Squeff, professora adjunta de Direito Internacional, Consumidor e Ambiental da Faculdade de Direito da UFRGS. Professora do Programa de Pós-graduação em Direito da UFU e do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da UFSM. Doutora em Direito Internacional pela UFRGS, com período sanduíche junto à University of Ottawa. Mestre em Direito pela UNISINOS, com bolsa CAPES e período sanduíche junto à University of Toronto, com bolsa DFAIT. Especialista em Língua Inglesa pela Unilasalle, em Direito Internacional pela UFRGS, em Relações Internacionais Contemporâneas pela UFRGS e em Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra. É ainda pesquisadora do Núcleo de Estudos em Tribunais Internacionais (NETI-USP).

Com este extenso currículo e inegável conhecimento técnico, a fonte escolhida foi estratégica para que o ouvinte pudesse entender o assunto de como os conflitos internacionais tem, ou pelo menos deveriam ter regras, como Rodrigo Lopes ressaltou “sem juridiquês”. A entrevista ainda trouxe um ponto pouquíssimo comentado nos três episódios anteriores, que foi a faceta de Israel como um país que feriu os direitos humanos constantemente, sem represália externa por parte de outras nações.

PROPÓSITO

O objetivo deste episódio era apresentar para o ouvinte alguns conceitos do direito internacional e como essas regras aparecem nas relações entre Israel e Palestina. Conforme comenta Rodrigo no final do episódio: “a gente chegou aqui com o compromisso de tentar realmente descomplicar”. Assim como o último episódio, o formato com entrevistado, até então, parece ter sido muito mais completo, vasto,

didático e explicativo do que os primeiros dois episódios, apenas com o narrador do programa, sem trazer as fontes.

O episódio também não traz notícias, como não é seu objetivo, mas traz predominantemente explicações, com contextos e exemplos reais. Para o ouvinte leigo na área jurídica, como a autora deste trabalho, o episódio cumpriu muito bem seu propósito de explicar o direito internacional, com suas nuances, aplicações e tribunais.

4.2.5. Episódio 5: O que é antissemitismo e por que aumentou desde os ataques de 7 de outubro a Israel

O penúltimo episódio do podcast Terras de Sangue mantém o formato de entrevistas, mas desta vez, sem contextualizar os episódios anteriores. Rodrigo já inicia falando que desde o dia 7 de outubro de 2023, o termo antissemitismo voltou a aparecer nos noticiários e no dia a dia das comunidades judaicas. Em seguida chama o convidado, o ex-membro da IDF, André Lajst, apresentado como cientista político e presidente da Stand With Us Brasil, que segundo o jornalista, faz um trabalho de educação sobre Israel, os judeus e os conflitos no Oriente Médio.

O apresentador então pede para que André explique de forma didática o que é antissemitismo, e o convidado começa contextualizando que semitas são povos originários do Oriente Médio, tanto judeus como árabes. Mas que o termo ficou conhecido como o ódio e preconceito especificamente aos judeus, por suas perseguições durante a história, que segundo ele evoluíram para “ódio a raça”.

“E hoje o antissemitismo se reverbera e aparece num formato contemporâneo e velado que é o ódio a Israel, que é a não aceitação da existência do estado de Israel”. Esta afirmação, contudo, é parcial pois não discorre sobre a distinção entre ódio à religião de um povo, neste caso o judeu, e a crítica a criação de Israel na Palestina. André ainda fala que quem nega a legitimidade de Israel e se chama de antissionista não entende o significado da palavra, o que é um lado muito evidente de análise, não uma informação.

Rodrigo Lopes até tenta levar a informação correta ao ouvinte, ressaltando que os termos são diferentes e não podem ser tratados como uma mesma coisa, apesar de nomes parecidos. Mas o entrevistado se mantém firme em sua agenda

propagandista e diz que “quem fala que é contra o sionismo na verdade está dizendo que é contra os judeus se autodeterminarem”.

O diretor da Stand With Us Brasil cita um autor israelense que dizia que os judeus sempre tinham algum problema mundial ou regional, e que automaticamente eram culpados por isso, desde a culpabilização pela morte de Jesus Cristo. Ainda fala que no comunismo os judeus eram acusados de serem os capitalistas que corrompiam a sociedade, e vice-versa.

“E hoje em dia o principal mal que existe no mundo é racismo, preconceito, apartheid, genocídio, então os judeus são acusados desses mesmo crimes de forma falsa”. Esta declaração do convidado é contraposta inclusive pelo episódio anterior, quando a professora e doutora em direito internacional fala sobre os conhecidos crimes dos israelenses, civis ou como estado.

Ainda fala que estes mesmo críticos a Israel negam todos os ataques realizados pelo Hamas, e que “passam o pano para o que está acontecendo em Gaza”. Além de citar nomear o dia 7 de outubro de 2023 como “mini Holocausto”. Rodrigo então muda bruscamente o fluxo da conversa e cita estudos de universidades sobre o aumento do antissemitismo - embora não cite nenhum nominalmente - e pergunta se o ex-membro da IDF notou aumento do preconceito “no seu monitor particular”.

A resposta é que sim, e ele diz que há o antissemitismo explícito e o velado, e que há pessoas jovens que nunca demonstraram nada e agora expõe seu preconceito. Ressalta ainda que com os conflitos bélicos na região, as pessoas que já eram antissemitas, tiveram motivos para externar seu ódio.

O apresentador do programa então pergunta se é possível criticar posições e decisões de Israel sem ser antissemita, uma pergunta que causa estranhamento, pois em caso de resposta negativa, seus entrevistados anteriores seriam julgados como antissemitas e talvez ele próprio. Mas André responde que sim, mas só oferece exemplos de israelenses criticando o país. E ele fala novamente que os críticos de Israel negam o atentado, sem nenhuma prova.

Ele ainda, mais uma vez faz uma fala que vai contra as explicações dos episódios anteriores, ao dizer que “Israel é um país da comunidade internacional e o Hamas despreza a comunidade internacional”. O que a mesma entrevistada citada

acima explicou, que Israel, assim como os Estados Unidos não seguem o direito internacional, já a Palestina assinou as Convenções de Genebra.

Ele diz ainda que “Israel faz de tudo para evitar que civis morram dos dois lados”, algo contraposto pelas próprias notícias do conflito, com ataques a escolas, hospitais, ambulâncias, universidades e outros espaços civis palestinos.

“Episódio 5: O que é antissemitismo e por que aumentou desde os ataques de 7 de outubro a Israel”, com duração de apenas 11’24” foi o penúltimo episódio do programa Terras de Sangue. Assim como o anterior, este episódio traz um convidado - e Rodrigo atua como entrevistador, e, em alguns casos, quase um mediador entre o entrevistado e o ouvinte.

ASSUNTO

O que é inicialmente abordado no episódio, e deveria ser o ponto mais explicado, é na verdade apenas um conceito que é usado pelo entrevistado como lente para se olhar o panorama do conflito. O assunto foi desviado inúmeras vezes, como o próprio apresentador fala no final do episódio - que não durou nem doze minutos, uma grande incongruência em relação com os outros - “acabou entrando um pouquinho na área militar”.

Quem dominou o episódio foi o entrevistado, respondendo os questionamentos do jornalista de forma vaga ou ativista, migrando para pontos mais relevantes para si. Faltou, da parte do podcast, compromisso com a qualidade da informação oferecida para o ouvinte. Por meio de suas respostas, André usa o espaço oferecido pelo Grupo RBS para realizar propaganda do sionismo - objetivo da entidade que preside - além de propagar conceitos de forma subjetiva e supor o nível de compreensão das pessoas que são críticas a Israel.

O assunto do episódio, antissemitismo, deveria ser o cerne das explicações mas o podcast não foi desenvolvido assim, visto que o termo é contextualizado apenas no início e de maneira superficial, sem embasamento teórico ou documental. Causa ainda estranhamento que as entidades judaicas que são citadas na descrição do episódio nas plataformas de áudio, não aparecem com nomes e representantes no podcast, o que transmitiria credibilidade.

FONTES

A principal fonte, por ser um programa de entrevistas, é o convidado, André Lajst, diretor da plataforma de propaganda sionista Stand With Us Brasil e ex-morador

de Israel e soldado das Forças de Defesa Israelenses. Ele se diz cientista político, uma informação que não é detalhada ou explicada. Isto ainda causa um estranhamento ao ouvinte que escutou os dois últimos episódios, com fontes técnicas e com vasto currículo na área, além de serem pesquisadores.

Geralmente ponderadas em suas análises, as fontes especialistas buscam oferecer uma explicação geral e evitam simplismos, como o que André fez ao chamar o dia 7 de outubro de 2023 de “mini Holocausto”. Resta a dúvida do motivo da escolha desta fonte, pois mérito acadêmico não parece ser a resposta. Outras duas fontes de informações trazidas são as “preocupações de entidades judaicas”, sem aprofundar nem trazer dados e declarações, além de “estudos de universidades”, não são oferecidos os nomes das instituições de estudo, nem dados concretos.

PROPÓSITO

Segundo a chamada do episódio, o objetivo seria explicar o que é antissemitismo e como os ataques a partir de outubro do ano do mesmo ano de lançamento do programa influenciaram o preconceito contra judeus. Há ainda a chamada da relevância do tema por supostos alertas de comunidades judaicas sobre o aumento do antissemitismo, esta notícia porém, não é dada completa, citando quem e o que, premissas básicas do jornalismo.

O episódio, o mais curto do programa, explica o que é antissemitismo de maneira parcial, abordando apenas os pontos que lhe parecem relevantes, e o mesmo acontece para os exemplos dados. As contextualizações são feitas de maneira simplista, e outras explicações, sobre antissionismo, são falácias - que o próprio entrevistador do podcast busca remediar nos seus comentários. O entrevistado ainda possui um tom de quem está defendendo um ponto de vista, e não de um pesquisador explicando seus conhecimentos científicos.

4.2.6. Episódio 6: As origens históricas da islamofobia e como o preconceito se manifesta no Brasil

O último episódio do podcast Terras de Sangue mantém o mesmo formato dos anteriores, de ser uma entrevista, com alguns contextos, análises e comentários do apresentador. Para fechar o programa, o assunto a ser tratado é a islamofobia, o preconceito que atinge comunidades muçulmanas mundialmente. A convidada como

especialista é Francirosy Campos Barbosa, professora e coordenadora do Grupo de Antropologia em Contextos Islâmicos e Árabes (Gracias) da USP, cientista social, e mestre e doutora em Antropologia.

Rodrigo então contextualiza que é sabido que este tipo de preconceito é muito mais antigo, apesar da ascensão de ódio aos muçulmanos a partir do dia 7 de outubro de 2023, e pede para a professora explicar o termo e as origens históricas. A pesquisadora então relata que o termo apareceu pela primeira vez na França, na década de 1920, e apenas nos anos 1970 que reaparece com força, principalmente por questões de migrações árabes.

“A gente acabou definindo, no verbete sobre islamofobia, eu e Felipe Freitas, como tendo as bases dessa islamofobia: primeiro a xenofobia, segundo a intolerância religiosa e depois o racismo”. Reforça ainda que a xenofobia é algo muito estudado em seu campo, a antropologia, que é considerado como o medo do outro, do diferente. Neste caso, que os muçulmanos ocupem e “desvirtuem” a sociedade de uma determinada maneira, e cita o exemplo contemporâneo da França. “Essa xenofobia exagerada em relação aos muçulmanos a gente categoriza como islamofobia”, sintetiza.

A pesquisadora parte então para destrinchar o segundo aspecto: a intolerância religiosa. No Brasil, o catolicismo é a religião predominante - apesar da crescente evangélica - e o número de fiéis muçulmanos é pequeno e não muito bem documentado por pesquisas. Mas segundo a professora, mesmo sendo uma população muito pequena, ela incomoda “e vem crescendo, muito atrelada à extrema direita, um discurso que a gente que sabe que tá atrelado a uma determinada linha religiosa, e isso tem, realmente, piorado nos últimos anos”.

O terceiro ponto é ser destrinchado é o racismo, a racialização das pessoas muçulmanas, consideradas marrons, das pessoas estrangeiras e seus costumes, como o uso de lenços. “Venho estudando muito de perto a racialização das mulheres muçulmanas que usam o lenço, o hijab, ou qualquer outra vestimenta religiosa, que são sinais diacríticos, então a partir dessas percepções, você já está racializado”.

Rodrigo então comenta que em suas diversas coberturas no Oriente Médio, na Líbia, Líbano, Iraque, Tunísia, Síria, sempre em situações de conflito, de guerra, observou esta questão de ter “o outro”, e cita que pesquisou um pouco sobre isso em seu doutorado. Fala ainda sobre o orientalismo, questão bem pontuada por Edward

Said, e da “tendência nossa de ocidentais de olhar a porção oriental do mundo como uma forma de ‘nós contra eles’”. E questiona, até que ponto os eventos históricos, como as Cruzadas, contribuíram para a visão do outro como inimigo?

A professora responde que de fato, para explicar os acontecimentos dos séculos XX e XXI é preciso voltar no tempo. “Eu diria que a gente tem que voltar no século sétimo, a partir do momento em que o profeta Muhammad, que é o profeta do Islã, saiu de Meca para Medina e quando chega em Medina, institui o que a gente chama de Constituição de Medina”. O documento tinha o objetivo de que os povos não islâmicos não ficassem contra os muçulmanos, e os outros povos eram os cristãos e judeus, em maioria.

Ela cita ainda que um outro termo é importante e foi deturpado com o passar do tempo: jihad, que em árabe significa empenho, dedicação, e dentro do Islã tem um significado muito denso, mas em suma é uma luta contra seu próprio ego, a vaidade, a maldade dentro de cada um. Contudo, o termo ganhou uma conotação de “guerra santa”. A professora reforça que o termo também pode ser usado para abordar um conceito de defesa, que é legítima no Islã. “Então se você invadir a minha casa, eu tenho direito de me defender. O jihad também é uma defesa pela justiça.”.

O jornalista então comenta sobre os atentados de Paris, em 2015, citando que ele cobriu in loco e ressalta que foi perceptível como os primeiros a sofrer depois dos ataques foram as comunidades islâmicas que moravam no local. Isso tudo durante uma onda de migrações do Oriente Médio e da África para a Europa, o que gerava desconfiança de alguns cidadãos, principalmente os mais conservadores. Houve ainda pressões legislativas, tentativas de proibição do uso do véu, e o uso da islamofobia como arma política. Nenhuma pergunta, de fato é feita, mas é dado um gancho para que Francirosy comente.

Ela diz que esses tipos de ocorrências são chamadas de eventos gatilhos, situações externas que acabam gerando situações internas em até mesmo em outros países. “Se você olhar, por exemplo, denúncias no Rio de Janeiro, de janeiro a agosto de 2015, vai ver um crescimento de 20% de violência contra pessoas muçulmanas, principalmente contra mulheres”. A docente então relata que houve tentativas de arrancar os lenços das mulheres, de xingamentos em transportes públicos, e até agressões físicas. Ela ainda lamenta que a comunidade muçulmana seja pequena a ponto de não conseguir se organizar muito bem e ter quem defenda.

Rodrigo questiona como ela acha que ataques de organizações militares muçulmanas, como o Hamas, contribuem para uma visão de que o Islã é uma religião de violência. Ao que ela responde: “eu acho que isso tudo foi construído pela mídia, e essa construção é anterior ao 11 de setembro de 2001, mas se fortifica nesta data”. Ressalta ainda como nas produções cinematográficas os bandidos são homens árabes, de preferência barbudos, vestidos com túnicas e lenços na cabeça, uma figura bárbara.

O apresentador ainda comenta que logo após a revolução islâmica no Irã, grupos de esquerda no Brasil eram chamados pejorativamente de xiitas, e a convidada além de concordar, reforça que é totalmente equivocado atrelar xiismo ao radicalismo e isso só demonstra ignorância. “Eu acho que a nossa sociedade tá precisando de um pouco de aula, sobre o que é o Islã, o sionismo, o Hamas, o Hezbollah... Porque a gente fica sempre nesse filtro do que a mídia constrói”

E abordando o assunto específico do podcast: “A mídia começou a dizer que a guerra é entre Israel e Hamas, mas não é contra o Hamas, nunca foi. Porque matou mais de 18 mil pessoas e nem todas aquelas pessoas eram do Hamas ou ligado ao Hamas”. Reforça ainda que quem acaba sofrendo com isso é a sociedade civil, e existe uma dificuldade muito grande das pessoas entenderem essa diferença. É importante ressaltar que o episódio foi gravado em dezembro de 2023, então o dado trazido pela professora estava correto na época, mas este número dobrou até maio de 2024 - sendo apenas de trabalhadores da ONU, mais de 190 assassinatos.

Em seguida, Rodrigo pede para que a professora divulgue a pesquisa realizada com seu grupo, sobre o aumento de casos de islamofobia desde o ataque do dia 7 de outubro. Ela ressalta que o trabalho em questão é um segundo relatório sobre islamofobia no Brasil que angustiou ela e os colegas, ao perceberem os casos do incremento da fobia contra muçulmanos a partir da repercussão dos acontecimentos na região da Faixa de Gaza. Comenta ainda que, desta vez, os efeitos foram imediatos pois no dia seguinte já haviam diversas mulheres muçulmanas recebendo comentários agressivos.

“Esperamos passar um mês deste episódio triste e se prolifera, em Gaza, principalmente, contra os palestinos, então esperamos esse tempo para aplicar os questionamentos e a gente não esperava uma resposta tão rápida”. Em uma semana

já haviam 310 respostas, as respostas foram fechadas para fins de pesquisa, mas a docente ressalta que essas violências continuam sendo repercutidas.

E as conclusões do estudo foram de que a mídia é propulsora de uma divulgação desequilibrada em relação à Palestina e Israel, ela não sabe o que é ser palestino, o que é ser árabe, o que é ser muçulmano. Outro ponto reforçado é a violência contra as mulheres, que neste caso além do machismo, há a soma do islamofobismo, e o estudo mostra que muitas dessas afetadas já adaptaram suas vestimentas para tentar minimizar os ataques.

Ainda divulga que a violência contra muçulmanos, ao menos nas redes sociais, aumentou em 80%. Ao perguntar para homens e mulheres se sofreram violência após o dia 7 de outubro, 50% dizem que sim, e o número sobe para 70% quando a pergunta é se conhecem alguém que foi vítima. O conceito de evento gatilho, explicado no início do episódio, volta à tona nesta pesquisa e a professora fala que ao menos 80% das mulheres sentem a diferença imediata do antes e depois desses eventos em seu cotidiano.

“É o que a gente chama de culpa por procuração, quando você acaba sendo responsabilizado por uma situação externa”. Francirosy comenta ainda que a Associação dos Juristas Islâmicos enviou um dado de que houve um aumento de 900% de notificações. E reforça que os dados da pesquisa reforçam o que outras entidades já falavam e que as pessoas percebiam, mas agora isso está documentado e com credibilidade acadêmica.

“Episódio 6: As origens históricas da islamofobia e como o preconceito se manifesta no Brasil”, com duração de 18’28” foi o último episódio do programa Terras de Sangue, apesar de não existir esse marco durante o episódio, o que possibilita uma continuidade do podcast, ou uma segunda temporada atualizada sobre a situação de Gaza. Assim como o anterior, este episódio traz uma convidada especial, uma especialista no assunto - e Rodrigo atua como entrevistador, apesar de fazer algumas análises em seus questionamentos.

ASSUNTO

O assunto proposto era a discussão sobre um termo, a islamofobia, com uma estudiosa especialista no assunto. Com o formato de entrevista, a doutora Francirosy Barbosa destrincha diferentes aspectos do termo, desde suas primeiras utilizações, a

ascensão na sociedade a partir dos anos 2000, principalmente, passando pelo ponto de eventos gatilhos, como os ataques a partir do dia 7 de outubro de 2023.

A professora explica, muito didaticamente, o que é islamofobia, partindo do princípio de que o termo é utilizado para denominar a junção de outros três tipos de preconceito. O assunto é bem explicado e exemplificado, a convidada demonstra total domínio do tema e traz exemplos relevantes e que conectam com o ouvinte, como os atentados na França, a partir da caricatura de Maomé em uma charge do jornal francês Charlie Hebdo.

Ela reforça ainda que os preconceitos estão juntos e se somam, e por isso reforça que as mulheres sofrem mais do que os homens, por além da xenofobia, racismo e intolerância religiosa, há também a adição do machismo estrutural ou como forma direta de ódio. Apesar disso, reforça que nas caracterizações na mídia, principalmente em entretenimento, os homens são mais estereotipados.

Vale ainda comentar que este episódio parece ter sido o menos editado do podcast, por haver várias partes de gaguejadas que poderiam ter sido cortadas para melhor entrega auditiva ao ouvinte, além de contar com diversas interrupções de Rodrigo Lopes à convidada, para longos comentários antecedendo os questionamentos ou pedidos de análise. Outro ponto a ser reforçado nesta análise é que a professora enfatizou, diferentemente do que abordado como premissa do próprio podcast, que a guerra não é contra o Hamas e sim contra o povo, - além de trazer dados relevantes e que comprovam seu argumento.

FONTES

A principal fonte é a convidada especializada no assunto, Francirosy Campos Barbosa, professora e coordenadora do Grupo de Antropologia em Contextos Islâmicos e Árabes (Gracias) da USP, bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, com pós doutorado em Teologia Islâmica pela Universidade de Oxford, além de mestre e doutora em Antropologia e graduada em Ciências Sociais, com diversos livros, pesquisas e vídeos publicados.

Além das informações e conhecimentos adquiridos nos anos de estudo, a professora trouxe dados da mídia, como os das mortes na Palestina, ainda que sem citar, mas como são informações de agências, publicadas pelos grandes jornais e, portanto, de fácil acesso. Mas principalmente, divulgou resultados da pesquisa realizada por seu grupo da USP, com novas informações sobre o aumento da

islamofobia no Brasil, contribuindo com uma área pouco pesquisada, ou que encontra pouco espaço para repercussão.

PROPÓSITO

Abordar as origens históricas da islamofobia e o cenário do preconceito contra muçulmanos no Brasil foi o objetivo deste último episódio publicado em dezembro. Isso foi cumprido com vastidão, por meio de explicações da convidada, com explicações didáticas e pertinentes ao contexto proposto. Também são percebidas contextualizações, com resgates históricos do termo e como esse preconceito aos muçulmanos, segue-os por todos os lugares no mundo, inclusive o Brasil, o que promove uma proximidade com o leitor.

Ainda é perceptível exemplificações didáticas, como os eventos de Paris e o ataque de 11 de setembro às Torres Gêmeas, em Nova York, nos Estados Unidos, para explicar o que são eventos gatilhos e quais são os seus desdobramentos. Esta análise também considera, que, se certa forma, encontra-se notícia no episódio, pois a professora oferece um dado até então não trazido no podcast, sobre os quase 20 mil mortos palestinos.

E ainda, os resultados da sua pesquisa sobre o sofrimento real de brasileiros com a islamofobia, a parte dos ataques em Gaza. Estas informações até poderiam ser já conhecidas ao ouvinte, mas ao considerar quem escuta o podcast como uma forma rápida e, teoricamente, completa de entender os acontecimentos na Faixa de Gaza, são dados novos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou abordar um assunto - as disputas entre israelenses e palestinos - que ganhou relevância na mídia a partir do dia 7 de outubro de 2023, quando o grupo político-militar Hamas protagonizou um ataque na fronteira de Israel com a Faixa de Gaza. Porém, conforme abordado no início deste trabalho, as desavenças são muito mais antigas, e se propagam há décadas, com períodos mais bélicos e outros com avanços em questões diplomáticas. Contudo, foi visto que o Oriente Médio como um todo, é entendido de maneira geral como pouco relevante para a mídia ocidental e só recebe visibilidade quando acontece algo que impacta o

resto do mundo, como um grande ataque, golpes, eleições, e outros eventos nesta mesma linha.

Do ponto de vista jornalístico, há muitos aspectos a serem estudados sobre a cobertura feita pela mídia, que logo após o ataque de outubro, deu uma relevante atenção à região. Mas conforme o avanço do exército de Israel em Gaza ocorreu, assim como as mortes civis, as notícias sobre o assunto, ao menos na mídia hegemônica, diminuíram. Este trabalho, portanto, busca continuar dando visibilidade aos acontecimentos na Faixa de Gaza - onde, em maio de 2024, mais de 35 mil palestinos já foram mortos pelo exército de Israel - somente entre funcionários da ONU foram mais de 190 óbitos -, e refletir sobre a cobertura feita sobre a mídia brasileira, em específico, o Grupo RBS.

O objetivo de entender qual o propósito da criação do podcast Terras de Sangue, apresentado pelo jornalista internacional e enviado especial Rodrigo Lopes, foi atendido. Isso aconteceu por meio das investigações sobre os assuntos enfatizados dentro do programa, quais as fontes escolhidas e suas competências, além das abordagens de cada um dos seis episódios, assim cumprindo o papel de oferecer ao leitor deste trabalho um panorama do podcast e as inferências da autora.

O método do trabalho partiu de uma pesquisa bibliográfica e documental, ultrapassando os autores da comunicação e encontrando outras fontes, de história, antropologia, ciências sociais e áreas correlatas, para entender como se iniciaram os conflitos entre palestinos e os judeus, que naquele contexto da criação do estado de Israel, passaram a ser chamados de israelenses. Outro ponto contemplado foi o jornalismo internacional, desde seu surgimento, na Europa e Estados Unidos, e como se difundiu no Brasil, até o momento atual, de diminuição das equipes, com cada vez menos correspondentes internacionais próprios, e sendo assim, os diferentes veículos reproduzem as mesmas notícias, das agências.

Tendo isso como base, optou-se por discutir a cobertura do Grupo RBS, o mais relevante do Rio Grande do Sul, por meio do produto digital Terras de Sangue, um podcast de seis episódios, sendo quatro deles de entrevistas. E com o problema de pesquisa sendo o questionamento de qual a função deste podcast, foram criadas as três categorias de análise, aprofundadas a seguir. Antes, apresenta-se as principais conclusões dos capítulos teóricos.

O segundo capítulo deste trabalho tem como objetivo trazer para o leitor uma abrangente, mas aprofundada, contextualização histórica de o que é a Palestina e como surgiu Israel. Para isso, voltamos ao período do Império Otomano, que contemplava praticamente todo o território do que se considera como Oriente Médio nas configurações atuais. Depois comenta-se a Primeira Guerra Mundial, quando os britânicos ocuparam a Palestina, e posteriormente, com o final da Segunda Guerra Mundial, a Palestina foi dada para os judeus que já haviam migrado ao local, e foi incentivado para que outros fiéis, de todos os cantos do mundo, migrassem para a terra, que em 1948 passou a ser tratada como Israel.

Ainda aborda-se o período mais contemporâneo, após a criação do estado de Israel e as mudanças que isso provoca, passando por todas as guerras entre os povos e as constantes lutas dos palestinos para manter o pouco de terra nativa que os restou, com os aumentos das colônias israelenses - terras de fora do documento da divisão da Palestina que foram ilegalmente invadidas e ocupadas. Por fim, entende-se que os palestinos só conseguirão sua Palestina de volta se houver apoio internacional, o que em 2024 começou a acontecer, com declarações de apoio de África do Sul, Irlanda, Brasil e outras nações. Mas a mídia ainda reflete essa questão de maneira muito disforme, propagando uma narrativa de Israel como vítima.

E é falando sobre mídia e o início das correspondências internacionais que o terceiro capítulo começa. No início, a mídia brasileira propagava as notícias vindas do exterior, e quem tinha acesso a esses conteúdos era um público muito restrito, então com o passar dos anos, começa a haver mais independência brasileira, e as novas tecnologias chegam aqui, e assim, o jornalismo brasileiro começa a avançar. Depois, na atualidade, é discutido o uso das redes sociais pelos veículos e como, apesar de alguma relutância, é preciso ocupar um espaço nessas redes para que os conteúdos jornalísticos tenham acesso. Posteriormente, as empresas entendem que as redes não apenas servem para divulgar as matérias feitas, mas é possível - e necessário - criar conteúdo para consumo digital.

Nesta discussão, aborda-se os podcasts e sua popularização. A autora pesquisa sobre estes produtos no grupo RBS e percebe que o êxito, ainda que subjetivo, foi limitado, com a maioria dos programas tendo sido cancelados. Mas enquanto há muitos esforços voltados para as redes, nas diferentes editorias, há poucos esforços - e espaços - para o conteúdo internacional próprio. Na RBS, só há

Rodrigo Lopes com a pauta internacional, e o que não é feito por ele - uma pessoa para 195 países - é reprodução das agências internacionais. Assim, há uma uniformização dos conteúdos na mídia, com diferentes veículos replicando exatamente a mesma informação, sem abrir espaço para conteúdos diferentes, e portanto, oferecendo apenas uma visão ao leitor.

A metodologia aplicada no corpo da pesquisa, a Análise de Conteúdo, por Laurence Bardin, foi escolhida pois demanda a categorização para que se olhe conteúdos diferentes sob uma mesma lente. Neste caso, os seis episódios do podcast Terras de Sangue foram interpretados e analisados olhando especificamente o assunto, as fontes utilizadas e o propósito específico do episódio. Como resultado, infere-se que a maioria dos episódios são entrevistas, com as intenções de explicações técnicas e contextualizações, também com exemplos de fácil entendimento ao ouvinte. A média de duração dos episódios é de 22 minutos, e com isso, entende-se que um dos objetivos é oferecer um maior entendimento sobre os conflitos entre israelenses e palestinos, de maneira rápida.

Os dois primeiros episódios tem a predominância do próprio apresentador. No primeiro, contando a sua vivência como correspondente, e isso por si só já implica que haja uma inclinação narrativa, pois o repórter em campo, que conforme o próprio episódio mostra, teve que se abrigar em bunkers em certos momentos, faz também o papel de analista e comentarista, o que, em tese, seria uma pessoa com um olhar técnico e externo. Isso também é percebido pelo uso da palavra terrorista sendo constante para se referir ao Hamas, mas não há o mesmo tom condenatório para os ataques perpetrados por Israel. Já o segundo episódio é ainda o jornalista contextualizando a origem dos conflitos e como isso se mantém há tanto tempo, o que fica cansativo ao ouvinte. Além disso, todos estes papéis concentrados na mesma pessoa confundem o receptor, ao não saber mais o que são só fatos sendo contados, o que são as vivências e o que são as análises do colunista. Já os outros quatro episódios, trazem fontes para explicar os assuntos específicos, e Rodrigo Lopes atua como entrevistador, por vezes pincelando análises e tecendo comentários.

Como assuntos, têm-se diferentes aspectos, que ao serem agregados, ajudam a explicar as lutas seculares entre israelenses e palestinos. No primeiro episódio, o assunto é a viagem do jornalista a Israel, e o podcast é uma colagem de diversas entradas ao vivo, e o que é oferecido ao ouvinte é um relato de viagem. Já no segundo,

é uma tentativa do colunista de contextualizar o conflito, e ele atua como pesquisador, apresentador e comentarista, o que torna o episódio cansativo pela sua densidade e baixa diversidade sonora. Já os últimos quatro episódios abordam temas mais específicos - história e perspectivas de paz, direito internacional, antissemitismo e islamofobia - que são abordados por especialistas no assunto, com exceção do quinto episódio, no qual a fonte é um ativista político e não um acadêmico, diferindo-se assim do restante.

A fonte do primeiro episódio é o próprio Rodrigo, relatando o que vê em Israel. Ainda há entrevistas com moradores do local e algumas colagens de áudios não creditadas. No segundo episódio, apenas Rodrigo é fonte, com também algumas colagens e conhecimentos tirados de alguma fonte, mas também sem créditos. Já nos quatro episódios seguintes, as fontes principais são os seus conhecimentos. Em três dos quatro episódios de entrevista, as fontes são pesquisadores acadêmicos, com publicações relevantes, professores em universidades e participantes de grupos de pesquisa. Já no quinto episódio, a fonte é um ex-soldado da IDF e ativista político sionista, o que causa um estranhamento no ouvinte, por faltar conhecimento técnico e didática ao abordar e explicar o antissemitismo.

Em relação ao propósito, os episódios cumprem seu papel, de alguma forma, alguns com melhores explicações, contextualizações e abordagens mais didáticas ao público, outros de maneira mais simplista. Há, contudo, algumas diferenças entre o que é dito no resumo do episódio como o assunto, e o que é, de fato, abordado no podcast, principalmente em relação à ética jornalística de oferecer ao ouvinte a informação completa, que caso falte algo na fala do entrevistado, é dever do jornalista complementar para o seu público ter acesso à informação. Por esta lente, entende-se que falta ao jornalista Rodrigo Lopes, algumas interferências para ressaltar pontos necessários, como as parcerias entre Israel e Estados Unidos, que ele não aborda em nenhum momento, apesar de serem fundamentais para a manutenção, principalmente bélica, de Israel e também a existência de milhares de judeus não sionistas, e até mesmo organizações judaicas que defendem o fim do sionismo de Israel. Assim como as diversas mortes civis palestinas, que o jornalista não reforça da mesma maneira como reforça as casualidades do dia 7 de outubro.

Assim, reflete-se que o podcast teve como objetivo complementar a cobertura já realizada pelo Grupo RBS. Com a intenção de apresentar mais fatores a serem

discutidos e fontes para aprofundarem o assunto conforme seus conhecimentos. Contudo, o formato escolhido não aparenta ter sido o melhor, visto que, na plataforma Soundcloud, onde a Rádio Gaúcha deposita seus programas ao vivo e os podcasts, conta com uma média baixa de reproduções: o episódio mais escutado tem apenas 262 plays. E o programa em geral conta com apenas 12 avaliações no podcast no Spotify, com a nota 4,5 - até a conclusão deste trabalho, no fim de junho de 2024.

Ainda é possível perceber que os primeiros episódios contam com mais recursos de edição, as trilhas dramáticas e os recortes de falas de autoridades, entre outras sonoras. Enquanto os episódios de entrevista são mais brutos, com barulhos, gaguejadas, interrupções e outros fatores que poderiam ter sido cortados e editados para melhorar a experiência da escuta. O último episódio não tem um tom de despedida, e em nenhum momento o jornalista faz um apanhado do que foi desenvolvido nos episódios. Assim, entende-se que houve possibilidade de continuidade, mas isso não ocorreu, ao contrário dos ataques israelenses e os poucos contra-ataques do Hamas, que permanecem até o fechamento deste trabalho, tendo as Forças de Defesa Israelenses causado a morte de mais de 35 mil civis palestinos, principalmente crianças e mulheres.

Um pouco mais de seis meses depois do lançamento, o podcast Terras de Sangue se mostra desatualizado para novos ouvintes, pois o momento e a quantidade de mortes mudou completamente. Se o Grupo RBS se propôs a explicar o conflito, criando até mesmo o podcast, um novo produto além das tradicionais matérias e comentários em televisão e rádio por parte do jornalista internacional, estranha-se que não haja uma atualização do podcast. Assim como não houve nenhuma viagem para cobrir os ataques em Gaza, apesar da repercussão da mídia e da quantidade de crimes internacionais cometidos. Outro ponto que este trabalho propõe para reflexão é: qual o papel do jornalista internacional atualmente? Como que um só jornalista é repórter em campo e ainda comentarista de política internacional? Talvez este seja um novo modelo de cobertura internacional, ou apenas o resultado da falta de investimento dos jornais brasileiros no jornalismo internacional próprio, temática abordada no terceiro capítulo.

Espera-se que este Trabalho de Conclusão de Curso possa contribuir com o debate sobre a qualidade das coberturas internacionais feitas pela mídia brasileira, principalmente em locais de pouco interesse geral do público, como o Oriente Médio.

E ainda, ajude as pessoas a entenderem as múltiplas motivações por trás das disputas ocorridas entre israelenses e palestinos. Assim como auxiliar o leitor a entender como consumir conteúdos jornalísticos de maneira crítica e perceber as nuances, além de compreender a existência de interesses de diferentes ordens por parte de uma empresa quando ela dispõe de seus recursos para bancar uma viagem internacional, assim como para criar um novo produto digital, e a escolha das fontes também pode ser impactada.

Ainda há lacunas para discussão do futuro do jornalismo internacional, assim como espaço para estudos com o objetivo de entender as melhores formas de levar conhecimento ao público de forma imparcial, verídica e sem censura. Este trabalho cumpriu o objetivo de analisar o podcast Terras de Sangue, como um pequeno recorte para abordar uma questão muito maior, a luta por terra entre Israel e Palestina.

REFERÊNCIAS

ABU EL-HAJ, Jawdat. **A geopolítica e o conflito Palestino-Israelense**: dos Acordos de Oslo à Primavera Árabe. História (São Paulo), vol. 33, no. 2, 2014, pp.14-36. Redalyc. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=221032780003>. Acesso em: 19 abr. 2024.

AFP. Israel não confirma assassinatos de 40 bebês pelo Hamas em kibutz. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2023/10/11/israel-nao-confirma-mortes-de-bebes-pelo-hamas-em-kibutz.htm>. Acesso em: 17 abr. 2024.

Al Jazeera. About Us. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/about-us>. Acesso em: 17 abr. 2024.

AL TAHHAN, Zena. **Hamas and Fatah**: How are the two groups different?. Al Jazeera. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/features/2017/10/12/hamas-and-fatah-how-are-the-two-groups-different>. Acesso em: 17 abr. 2024.

ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. Companhia das Letras. 1989.

BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo de. **Manual de Radiojornalismo**. 2ª ed. - Rio de Janeiro. Elsevier. 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL, Antônio. **A construção da imagem do Brasil no exterior**: um estudo sobre as rotinas profissionais dos correspondentes internacionais. Porto Alegre, v. 19, n. 3, pp. 775-794, setembro/dezembro. 2012.

Carta Capital. Número de mortos na guerra entre Israel e Hamas em Gaza ultrapassa a marca de 35.000. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/numero-de-mortos-na-guerra-entre-israel-e-hamas-em-gaza-ultrapassa-a-marca-de-35-000/>. Acesso em: 17 abr. 2024.

CIA. The World Factbook. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/israel/#people-and-society>. Acesso em: 18 abr. 2024.

CHOMSKY, Noam. **Mídia: Propaganda Política e Manipulação**. São Paulo. WMF Martins Fontes. 2013.

CHOMSKY, Noam. **Quem manda no mundo?** 1. ed. – São Paulo. Editora Planeta. 2017.

COHEN, Sandra. **G1**. Israel teve conhecimento do plano do Hamas três semanas antes do massacre, revela documento. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/blog/sandra-cohen/post/2024/06/19/israel-teve-conhecimento-do-plano-do-hamas-tres-semanas-antes-do-massacre-revela-documento.ghtml> Acesso em: 19 jun. 2024.

DALLA COSTA, Siliana. **A presença das agências internacionais hegemônicas no Jornalismo Online brasileiro.**

2018. <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-2055-1.pdf>
AJEITAR

Enciclopédia do Holocausto. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/>.
Acesso em: 30 mar. 2024.

ESPERIDIÃO, Maria Cleidejane. **Gigantes do telejornalismo mundial: Mutações editoriais e tecnológicas das agências internacionais de notícias.** Ria Editorial. 2020.

Exame. Spotify divulga artistas, músicas e podcasts mais escutados em 2023.
Disponível em: <https://exame.com/tecnologia/spotify-divulga-artistas-musicas-e-podcasts-mais-escutados-em-2023/>. Acesso em: 2 jun. 2024.

FAHERTY, Robert. **In Human Trends: The 1959 Story of the UNRWA-Unesco Arab Refugee Schools.** 1959.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio – O veículo, a história e a técnica.** 3.ed. Porto Alegre: Doravante .2007.

FERRARETTO, Luiz Artur; KISCHINHEVSKY, Marcelo (2010). **Rádio e convergência:** uma abordagem pela economia política da comunicação. Revista Famecos, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 173-180, setembro/dezembro. 2010.

FLINT, Guila. Israel discute fim de cidadania automática para judeus. **BBC.** 2007.
Disponível em:
https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/11/printable/071101_israel_migracao_dg. Acesso em: 22 mar. 2024.

GAMBA, Filipe. **A readaptação do rádio a partir da internet :** uma análise dos modelos da BBC e da Rádio Gaúcha. 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação), na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://primo-pmtna01.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/164fi7o/puc0100049123>. Acesso em: 2 jun. 2024.

HERZL, Theodor. **Jewish State.** Project Gutenberg, 2008.

HOBSBAWM, Eric John. **A Era Dos Extremos: o breve século XX : 1914-1991.** Companhia das Letras, 2000.

HOBSBAWM, Eric John. **A Era Dos Impérios: 1875-1914.** Paz e Terra, 1988.

Human Rights Watch. A Threshold Crossed Israeli Authorities and the Crimes of Apartheid and Persecution. 2021. Disponível em:
<https://www.hrw.org/report/2021/04/27/threshold-crossed/israeli-authorities-and-crimes-apartheid-and-persecution>. Acesso em: 18 abr. 2024.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência.** 2ª edição. São Paulo: Aleph, 2009.

The Jewish Virtual Library. Disponível em: <https://www.jewishvirtuallibrary.org/latest-population-statistics-for-israel#immig>. Acesso em: 30 mar. 2024.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. **Cultura da portabilidade** – Novos usos do rádio e sociabilidades em mídia sonora. Observatório Journal, 8, 223-238. 2009.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. **O rádio sem onda**: Convergência digital e novos desafios na radiodifusão, Rio de Janeiro: E-Papers. 2007. Disponível em: <https://primo-pmtna01.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/164fi7o/puc01000410942>. Acesso em: 16 jun. 2024.

LUCENA, André. **Carta Capital**. O que diz a principal pesquisa de mídia do mundo sobre o consumo de notícias no Brasil. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/o-que-diz-a-principal-pesquisa-de-midia-do-mundo-sobre-o-consumo-de-noticias-no-brasil/> Acesso em: 18 abr. 2024.

LUCHT, Janine Marques Passini. **Gêneros Radiofônicos**: Análise da Rádio Eldorado de São Paulo. 2009. 173 f. Tese (Doutorado em Processo Comunicacionais) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2009.

LUGAR, Richard. **Palestinian legislative council elections** - challenges of Hamas's victory. 2006. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/app/details/CPRT-109SPRT26018/CPRT-109SPRT26018>. Acesso em: 18 de abr. 2024.

NATALI, João Batista. **Jornalismo Internacional**. São Paulo: Contexto. Coleção Comunicação. 2007.

O Globo. IBGE: 9,3 milhões de brasileiros ainda são analfabetos, a grande maioria com mais de 40 anos. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2024/03/22/ibge-93-milhoes-de-brasileiros-ainda-sao-analfabetos-a-grande-maioria-com-mais-de-40-anos.ghtml>. Acesso em: 16 abr. 2024.

PAPPÉ, Ilan. **A History of Modern Palestine: One Land, Two Peoples**. Cambridge: Cambridge University Press. 2004.

PAPPÉ, Ilan. **1948 Ethnic Cleansing of Palestine**. Journal of Palestine Studies, Vol. 36, No. 1, pp. 6-20. 2006.

VAISSE, Maurice. **As relações internacionais desde 1945**. Lisboa: 70. Biblioteca 70, História, v. 2. 1995.

SAID, Edward W. **A questão da Palestina**. São Paulo: Editora Unesp. 2012.

SANCHES, Mariana. Por que os EUA apoiam Israel? **BBC**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cgl3jnpz7dyo>. Acesso em: 2 abr. 2024.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimos a Notícia: Uma História Social dos Jornais nos Estados Unidos**. Petrópolis: Vozes. Clássicos da Comunicação Social. 2010

SCHWARTZ, Adi, and WILF, Einat. **A guerra do retorno: como resolver o problema dos refugiados a estabelecer a paz entre palestinos e israelenses**. São Paulo: Contexto. 2021.

SHARP, Jeremy M. **U.S. Foreign Aid to Israel**. Congressional Research Service (CRS). 2023. Disponível em: <https://sgp.fas.org/crs/mideast/RL33222.pdf>. Acesso em 18 de abril de 2024.

SOARES, Jurandir. **Israel x Palestina : As Raízes do Ódio**. Ed. da Universidade/UFRGS. Síntese Universitária v. 19. 1989.

SOMAVIA, Juan. **La Estructura Transnacional de Poder y la Información Internacional**. Elementos para la definición de políticas frente a las agencias, transnacionales de noticias. Nueva Sociedad, 25 Julio-Agosto, p. 47-58. 1976.

Terras de Sangue.

<https://open.spotify.com/show/2ASR3Ch1BmFzSx13NKUGp1?si=c9971b66e36b4ea9>. Acesso em: 7 mar. 2024.

World Bank. <https://data.worldbank.org/country/israel?view=chart>. Acesso em 18 de abril de 2024.

ZANOTTI, Jim. **Hamas: Background and Issues for Congress**. Congressional Research Service. 2010. Disponível em: <https://crsreports.congress.gov/product/details?prodcode=R41514>. Acesso em: 18 abr. 2024.

ZIMMER, M, H.. **Jornalismo internacional: o volume de notícias internacionais das revistas Focus (Alemanha) e Época (Brasil) e a falta de agendamento internacional no Brasil**. 2014. 96 p. (Monografia de graduação) - Curso de jornalismo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/7631342/Jornalismo_Internacional_o_volume_de_not%C3%ADcias_internacionais_das_revistas_Focus_Alemanha_e_%C3%89poca_Brasil_e_a_falta_de_agendamento_internacional_no_Brasil. Acesso em: 15 abr. 2024.

ZUHUR, Sherifa. **Hamas and Israel: Conflicting Strategies of Group-Based Politics**. Strategic Studies Institute, U.S. Army War College. 2008. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/app/details/GOVPUB-D101-PURL-LPS106797> . Acesso em: 18 abr. 2024.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação e Educação Continuada
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br